



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

| | | | | |
|---|---------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|--|
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 REGISTRO DE PREÇOS 006/2026 PROCESSO Nº 74157/2025 | | | | |
| DATA E HORÁRIO DE ABERTURA | | | | |
| 10h00 min do dia 25/02/2025 | | | | |
| Objeto Contratação de empresa credenciada pela Polícia Federal, para realização do exame de aptidão de validação e revalidação psicológica atestada em laudo conclusivo, conforme preceitua o art. 12, inciso VI do Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019 e art. 42 inciso II da Instrução Normativa 023/2005 do Departamento da Polícia Federal. | | | | |
| VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO | | | | |
| R\$ 73.453,50 (setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) | | | | |
| Legislação | Registro de Preços | Instrumento Contratual | | Critério de Julgamento |
| 14.133/2021 | sim | Nota de Empenho/Contrato | | MENOR PREÇO |
| Licitação Exclusiva ME/EPP | Cota para ME/EPP | Vistoria | Exige Amostra ou Demonstração | Modo de Disputa / intervalo entre os lances |
| Não | Não | Não | Não | Aberto R\$ 10,00 (dez reais) |
| Pedido de Esclarecimento e Impugnações | | | | |
| Até 03 (três) dias úteis, antes da data de abertura da sessão pública, para os endereços eletrônicos: cpl@paranagua.pr.gov.br e izabelle.garcia@paranagua.pr.gov.br ou demais condições do Edital. | | | | |
| Observações Gerais | | | | |
| <p>O pregão será realizado exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações: www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas), para o recebimento de propostas, abertura, disputa de preços e demais atos;</p> <p>O edital está disponível para download sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais.</p> <p>Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira Izabelle Garcia Domingues e equipe de apoio, designados pelo Decreto Municipal n.º 455/2025.</p> <ul style="list-style-type: none">• E-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e izabelle.garcia@paranagua.pr.gov.br• Telefones: (41) 3721-1810• Endereço: Rua Júlia da Costa, nº 322 – CEP 83.203-060, Paranaguá / Paraná <p>O atendimento será feito das 08h00min às 11 h e das 13h00min às 18 h, dias úteis, horário de Brasília – DF.</p> | | | | |



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 REGISTRO DE PREÇOS 006/2026 PROCESSO 74157/2025

ÍNDICE

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
5. DA IMPUGNAÇÃO, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, PUBLICIDADE DOS ATOS E DECISÕES
6. DO CREDENCIAMENTO NO COMPRAS GOV
7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
8. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICA
9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
11. DA NEGOCIAÇÃO
12. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL **(ATUALIZADA)**
13. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
14. DA AMOSTRA
15. DA HABILITAÇÃO
16. DO RECURSO
17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
18. DA EXECUÇÃO
19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
20. DA GARANTIA CONTRATUAL
21. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
22. DAS SANÇÕES
23. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO
24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
26. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
27. MEDIDAS ACAUTELADORAS
28. FRAUDE E CORRUPÇÃO



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS DO EDITAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV - MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - (VALORES ATUALIZADOS
CONFORME LANCE FINAL)

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL –

ARTIGO 7 INCISO XXXIII

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE
MICROEMPRESA, EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

ANEXO X - DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE A
HABILITAÇÃO

ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

ANEXO XIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

ANEXO XIV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 REGISTRO DE PREÇOS 006/2026

PROCESSO 74157/2025 SEMSEG

1. PREÂMBULO

1.1 O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, pessoa jurídica de direito público, através da Secretaria Municipal de Governo, por intermédio do Pregoeiro nomeada através do Decreto nº 1203/2025, torna público que, fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço total do lote, visando a Contratação de empresa credenciada pela Polícia Federal, para realização do exame de aptidão de validação e revalidação psicológica atestada em laudo conclusivo, conforme preceitua o art. 12, inciso VI do Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019 e art. 42 inciso II da Instrução Normativa 023/2005 do Departamento da Polícia Federal, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida no(s) auto(s) do Processo nº 74157/2025 e anexos, cujo procedimento está adstrito as seguintes normas de regência: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Municipal nº 4.319/2023 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recurso de tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3 Os trabalhos serão conduzidos por servidora pública nomeada por meio do Decreto Municipal nº 1203/2025, denominada PREGOEIRA, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo www.compras.gov.br.

1.4 O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas), conforme datas e horários definidos:

1.5 O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos em sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa credenciada pela Polícia Federal, para realização do exame de Aptidão de Validação e Revalidação Psicológica atestada em laudo conclusivo, conforme preceitua o art. 12, inciso VI do Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019 e art. 42 inciso II da Instrução Normativa 023/2005 do Departamento da Polícia Federal, conforme condições, quantitativo e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 A licitação será dividida em 01 (UM) item/lote, constante na tabela do item 3.4 do Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3 O Contratado será obrigado a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato celebrado entre as partes, na forma do Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021

3. DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 O valor total máximo previsto para o presente certame importa em R\$ 73.453,50 (setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos), para o quantitativo constante no ANEXO I – Termo de Referência.

3.2 A competição se dará por menor preço total do lote/item, sendo que o licitante deverá formular sua proposta final respeitando os valores máximos fixados neste Edital, sem possibilidade de ultrapassá- los, sob pena de desclassificação.

3.3 O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta do recurso da seguinte dotação orçamentária, para o exercício de 2025, devidamente ajustada na dotação do exercício subsequente:

20.02.33390394800 Fonte: 01000 e 20.03.33390394800 Fonte: 01509 .



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

3.4. São fixados os seguintes preços máximos por item, conforme descrito nas tabelas abaixo constantes:

| LOTES | | | | | |
|--|--|--------------------|-------|----------------|-------------------|
| LOTE /ITEM | Especificação | Unidad e de medida | Quant | Valor Unitário | Valor total (R\$) |
| 01 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA PELA POLÍCIA FEDERAL, PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO DE VALIDAÇÃO E REVALIDAÇÃO PSICOLÓGICA ATESTADA EM LAUDO CONCLUSIVO, CONFORME PRECEITUA O ART. 12, INCISO VI DO DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019 E ART. 42 INCISO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 023/2005 DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL | unidade. | 450 | R\$ 163,23 | R\$ 73.453,50 |
| R\$ 73.453,50 (setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) | | | | | |

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 4.1 O critério de julgamento da presente licitação é o MENOR PREÇO total do item.
- 4.2 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.
- 4.3 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação do orçamento estimado.
- 4.4 MODO DE DISPUTA: **ABERTO:** izabelle.garcia@paranagua.pr.gov.br
- 4.5 Intervalo entre os lances : R\$ 10,00 (DEZ REAIS)

5. DA IMPUGNAÇÃO, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, PUBLICIDADE DOS ATOS E DECISÕES

5.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados em até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, somente serão prestados e considerados quando apresentados por escrito, dirigido a Pregoeira, devendo ser protocolado, por protocolo eletrônico até às 23h59min do prazo legal, encaminhada aos seguintes endereços eletrônicos: cpl@paranagua.pr.gov.br e izabelle.garcia@paranagua.pr.gov.br.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

5.1.1 O horário de atendimento da Secretaria Municipal da Administração no Protocolo Geral, sito a Rua Júlia da Costa 322, Centro, é das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 18h00 HORÁRIO DE Brasília – DF, nos dias úteis.

5.1.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico para contato.

5.2 Não será conhecida a impugnação apresentada fora do prazo legal.

5.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, disponibilizado para consulta no sítio eletrônico: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais.

5.4 Caso seja acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.5 Os atos e decisões da presente licitação serão divulgados em sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais, para ciência de todos os interessados.

6. DO CREDENCIAMENTO NO COMPRAS GOV

6.1 Poderão participar deste certame as interessadas estabelecidas no País, que estiverem previamente CREDENCIADAS junto ao Portal do Governo Federal: (www.compras.gov.br), que atendam todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, com ramo de atuação/atividade pertinente ao objeto da licitação

6.2 Para se cadastrar no Portal de Compras do Governo, a empresa deve acessar o site www.gov.br/compras, clique em "Fornecedor", depois em "Cadastro" e siga as instruções para criar um login e senha, caso não possua um e-mail do Gov.br registrado para sua empresa. O registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) também é essencial, e pode ser feito diretamente pelo site ou pelo aplicativo móvel do Compras.gov.br.

6.3 O uso de senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, excluía a responsabilidade do provedor do órgão ou entidade promotora da licitação por



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos apontamentos tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.4.1 A não observância do disposto nesse item poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.5 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.6 Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões “Microempresa”, “Empresa de Pequeno Porte”, ou suas respectivas abreviações “ME”, “EPP”, à sua firma ou denominação, conforme o caso. 6.5.1 Caso o licitante já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no junto ao Portal de Compras do Governo Federal. 6.5.2 Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: A obtenção do benefício a que se refere o item

6.7 fica limitada às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

6.8 A comprovação de que trata o subitem 6.6, quanto à condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:

- a) Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP;
- b) Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado e, subsequente, encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, conforme critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e horário limite estabelecidos para abertura da sessão pública.

OBS.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site: www.gov.br/compras, opção “Acesso ao Sistema”.

7.1.1 Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

7.1.1.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação referida no item 7.1.1 sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei. 7.1.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

7.1.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

7.2 Não poderão participar deste Pregão:

7.2.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

7.2.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.2.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários; 7.2.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.2.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

7.2.5.1 O servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

7.2.5.2 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

7.2.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.2.8 Tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

7.2.9 Constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 7.2.8, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

7.2.10 Tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 7.2.9;

7.2.11 Não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

7.2.12 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021

7.2.13 Empresas cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

7.2.14 Empresas que não se qualifiquem como microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP, ou Microempreendedor Individual - MEI, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações subsequentes;

7.2.15 Não poderão disputar da licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

7.3 No processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, nos termos do disposto no art. 15 da Lei 14.133/2021, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico financeira, salvo justificação.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o apontamento do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

7.4 Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- a) De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) Que seja filial, sucursal, agência ou representação no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

- d) Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput, do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- e) Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- f) Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos – calendários anteriores;
- i) Constituída sob a forma de sociedade por ações. 7.5 A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis

8. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

8.1 A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site:

www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas), a partir da liberação do Edital, até a data e horário de abertura da sessão pública, horário de Brasília-DF.

8.2 A proposta eletrônica deverá indicar o valor total, por item, de acordo com o praticado no mercado, em algarismo (total), em moeda corrente nacional (R\$).

8.3 o conteúdo das propostas é SIGILOSO até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021).

8.4 Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

8.5 O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.6 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

8.7 Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

9.DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1 A partir da data e horário de abertura da sessão pública na internet, horário de Brasília-DF, no sítio eletrônico: www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas). será aberta por comando da Pregoeira, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas no sistema e início da etapa de lances.

9.2 A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4 A desclassificação da proposta eletrônica será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas eletrônicas classificadas para participação da fase de lances.

9.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

10. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas eletrônicas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de anotação e valor do lance.

10.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor do menor preço do lote, de acordo com o praticado no mercado, em algarismo (total), em moeda corrente nacional (R\$).

10.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e cadastrado em primeiro lugar pelo sistema.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

10.4 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e cadastrado no sistema.

10.5 Não foi estipulado o intervalo mínimo de diferença de valores entre lances para este certame.

10.6 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à plataforma do Compras.gov:

10.7 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, é vedada a identificação do ofertante até o encerramento dos lances.

10.8 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, decrescentes, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas vigentes.

10.10 A Pregoeira poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.

10.11 Realizada a diligência, a Pregoeira notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

10.12 Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.13 Caso a desconexão da Pregoeira persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio: www.gov.br/compras

10.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.15 Após a fase de lances, o procedimento de “empate” será detectado automaticamente pelo sistema, se for o caso.

10.16 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entende-se como empate (ficto) as propostas apresentadas pelas ME e EPP, e MEI, que sejam superiores em até 05% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada. Esse benefício se aplicará ao item destinado à concorrência geral, quando couber.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

10.17 Para efeito do disposto no subitem 10.16 deste edital, ocorrendo empate (ficto), proceder-se-á, da seguinte forma:

- a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior a melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;
- b) Não ocorrendo interesse da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), na forma da alínea “a” deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.19 deste edital, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.18 Em caso de empate aritmético, verificada a equivalência de valores das propostas entre Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), antes da aplicação do critério estabelecido no inciso I do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, e do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, o desempate será decidido mediante sorteio entre os licitantes por meio de mecanismo do sistema eletrônico de Pregão a ser utilizado. 10.19 Não havendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual (MEI), classificadas ou habilitadas, segundo os critérios da Lei Complementar nº 123/2006, será convocado o licitante detentor da proposta de menor valor, originalmente apresentada. 10.20 O disposto nos subitens 10.16 e 10.17 aplicar-se-á quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e no caso de Microempreendedor Individual (MEI).

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1 Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital

11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

12. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL (ATUALIZADA)

12.1 O Licitante arrematante deverá encaminhar em formato eletrônico, a PROPOSTA ESCRITA (atualizada conforme valor do lance final) e a HABILITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas) em campo próprio do sistema, observando data e horário limite estabelecido no item 12.5 do Edital.

12.1.1 Em caso de necessidade do envio do original ou qualquer processo de cópia autenticada, por Correios ou equivalente, os quais deverão ser entregues no Departamento de Licitações no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte a solicitação formal no chat de mensagens do sistema eletrônico, deverá ser entregue em envelope fechado ou lacrado, indicando na sua parte frontal:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E SUPRIMENTOS

RUA JÚLIA DA COSTA, nº 322 – CENTRO, PARANAGUÁ, PARANÁ, – CEP: 83203-060,
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026
A/C: IZABELLE GARCIA DOMINGUES

12.2 A proposta escrita do Licitante arrematante deverá indicar preços unitários e totais, por item, de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (0,00), atualizados conforme o valor do lance final ofertado pelo licitante arrematante.

12.2.1 Em caso de divergência entre os valores unitários e totais do item, serão considerados os primeiros, e entre os valores em algarismo e por extenso, será considerado este último.

12.3 A proposta escrita do Licitante arrematante deverá ser apresentada na forma do Anexo V deste Edital, redigida em papel timbrado, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, ou com identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), ou devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone, e-mail e pessoa de contato;
- b) Preços unitários e total em Real (R\$), por item, com apenas duas casas decimais (0,00). No preço ofertado deverão estar inclusos todos e quaisquer custos necessários para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, descontos, licenças, fretes, seguros, mão de obra entre outras despesas que incidam direta ou indiretamente na contratação;
- c) A declaração de que os itens, objeto deste procedimento licitatório serão entregues pela empresa contratada no endereço do órgão solicitante, nos prazos estabelecidos neste edital, mediante recebimento da Nota de Empenho;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contado a partir da data de apresentação;
- e) Fabricante, Marca, Modelo e/ou Referência, se houver, obedecendo as planilhas dos itens.

Essas informações poderão constar no campo “Informações Adicionais” do formulário proposta do sistema eletrônico, e deverão ser informadas na proposta escrita.

12.4 O licitante deverá juntar, obrigatoriamente, à proposta de preços (atualizada):

- a) Dados do representante legal (nome, CI, CPF) com poderes específicos para assinar o contrato, conforme Anexo IV deste edital.

12.5 A Proposta Escrita e Habilitação do Licitante arrematante deverão ser inseridos em campo próprio do sistema compras gov, no prazo de até 02 (duas) horas úteis , prorrogáveis por igual período, a contar do encerramento da disputa, com proposta adequada conforme valor ofertado no lance e após a negociação realizada, o valor final não deverá ultrapassar o máximo fixado no edital, acompanhados, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.5.1 Os prazos de envio estão em conformidade com a Instrução Normativa nº 10/2024, do Portal de Compras do Governo Federal.

12.5.1.1 O disposto nesta cláusula decorre da atualização normativa estabelecida pela mencionada Instrução Normativa, a qual reafirma as determinações já previstas nas Instruções Normativas nº 73/2022 e nº 96/2022, ambas editadas pela Seges/MGI

12.5.2 Em caso de necessidade do envio do original ou qualquer processo de cópia autenticada, por Correios ou equivalente, os quais deverão ser entregues no Departamento de Licitações no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte a



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

solicitação formal no chat de mensagens do sistema eletrônico, deverá ser entregue em envelope fechado ou lacrado.

12.6 Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da Lei.

12.7 O preço ofertado deverá corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.

12.8 Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei, após apuração e aprovação em processo administrativo próprio para esse fim.

12.9 Não serão admitidas cotações de preços para produtos usados, recondicionados ou recuperados sob qualquer forma.

13. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 Concluída a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) analisará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço com o valor máximo previsto neste Edital e em seus anexos, conforme o art. 95 do Decreto nº 4.319/2023.

13.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que:

- I – apresentar preço superior ao limite máximo definido;
- II – oferecer desconto inferior ao mínimo exigido; ou
- III – indicar preço manifestamente inexecutável.

13.2.1 Considera-se inexecutável a proposta com preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os custos de mercado e encargos legais, ainda que o edital não fixe limites mínimos, salvo quando se referirem a bens ou instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais haja renúncia total ou parcial de remuneração.

13.2.2 A verificação da exequibilidade será feita com base na *Planilha de Custos e Formação de Preços*, a ser preenchida de acordo com o modelo constante deste Edital.

13.2.3 A planilha deverá ser enviada exclusivamente pelo sistema eletrônico, no prazo de 2 (duas) horas contadas da solicitação do(a) Pregoeiro(a), com os valores ajustados ao lance vencedor. A análise ocorrerá no momento da aceitação da proposta.

13.2.4 A inexecutabilidade de valores isolados da planilha não ensejará desclassificação, desde que não infrinja exigências legais.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

13.2.5 Será considerada inexequível a proposta cujo licitante não comprove possuir recursos suficientes para execução do objeto, apresentando valores simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os custos de mercado e encargos legais, excetuadas as hipóteses de bens próprios, conforme o item 6.2.1.

13.2.5.1 Quando adotado o critério de maior desconto, com possibilidade de lances negativos, não se considerará inexequível a proposta com valores inferiores a zero, conforme inciso LVI do art. 2º do Decreto nº 4.319/2023.

13.3 Caso haja indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos, o(a) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências, conforme art. 92 do Decreto nº 4.319/2023, para que o licitante comprove a viabilidade da proposta.

13.4 O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar documentos complementares pelo sistema eletrônico, a serem enviados no prazo de 24 (vinte e quatro), sob pena de não aceitação da proposta.

13.4.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

13.5 Todas as informações da planilha deverão refletir fielmente os custos indicados pelo licitante.

13.6 O(a) Pregoeiro(a) verificará a compatibilidade dos preços unitários apresentados com os valores praticados no mercado para os serviços envolvidos.

13.7 Erros no preenchimento da planilha não acarretarão desclassificação. O licitante poderá corrigi-los no prazo definido pelo(a) Pregoeiro(a), desde que não haja majoração do preço.

13.7.1 As correções se limitarão a sanar falhas que não alterem o conteúdo da proposta.

13.7.2 Considera-se erro passível de correção, por exemplo, a indicação indevida de recolhimento de tributos pelo regime do Simples Nacional.

13.8 Para verificar o atendimento às especificações do objeto, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação técnica do setor requisitante ou da área especializada.

13.9 Qualquer interessado poderá requerer diligências para comprovar a exequibilidade ou legalidade das propostas, devendo apresentar os indícios ou provas que fundamentem o pedido.

13.10 Caso seja necessário suspender a sessão pública para realização de diligências, a retomada ocorrerá mediante aviso prévio no sistema com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, devidamente registrada em ata.

13.11 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para envio de documentos complementares no prazo de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, sob pena de não aceitação da proposta.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

13.11.1 O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação fundamentada do licitante antes do seu término.

13.11.2 Poderão ser solicitados documentos que detalhem as características do material ofertado (marca, modelo, tipo, fabricante e procedência), bem como catálogos, folhetos ou propostas eletrônicas.

13.12 Caso a proposta ou lance vencedor seja desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) analisará o seguinte na ordem de classificação.

13.13 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão, informando no chat a nova data e horário de continuidade.

13.14 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contraproposta, por meio do sistema, ao licitante com o melhor lance, visando obter preço mais vantajoso, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.14.1 Também poderá haver negociação com o licitante subsequente, caso a proposta anterior não seja aceita.

13.14.2 As negociações serão conduzidas pelo sistema e poderão ser acompanhadas pelos demais participantes.

13.15 Nos itens não exclusivos para microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais, caso a proposta não seja aceita, o sistema verificará automaticamente a ocorrência de empate ficto, conforme arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

13.16 Concluída a análise da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, conforme disposto neste Edital.

14. DA AMOSTRA

14.1 Não será necessária a apresentação de amostra, poderá(ão) ser efetuada(s) diligência(s) para sanar ou esclarecer questões sobre o objeto proposto, durante o julgamento da proposta.

14.1.1 A solicitação será efetuada formalmente por meio de envio de mensagem no sistema ou e-mail, sendo que a licitante arrematante deverá apresentar o solicitado no prazo estabelecido, quando for o caso. A falta de apresentação de esclarecimentos/manifestação da arrematante acarretará na desclassificação da licitante arrematante..

15. DA HABILITAÇÃO



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

15.1 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em formato eletrônico, juntamente com a proposta comercial (atualizada conforme lance final), estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, sendo que somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação de documentos originais não-eletrônicos quando houver dúvida em relação à integridade do documento eletrônico, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia com autenticação por cartório competente ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

15.2 Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

15.3 Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

15.4 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

15.4.1 Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

15.4.2 Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

15.4.3 Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

15.4.4 Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da unidade que realizará o certame.

15.5 Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

15.5.1 À habilitação jurídica;

15.5.2 À qualificação econômico-financeira;

15.5.3 À regularidade fiscal e trabalhista;

15.5.4 Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

15.6 Documentos relativos à habilitação jurídica:

15.6.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.6.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

15.6.3 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;

15.6.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.6.5 Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;

15.6.6 Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação.

15.7 Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

15.7.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

15.7.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá comprovar que o respectivo plano de recuperação foi judicialmente aprovado, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, além de atender aos demais requisitos de habilitação.

15.7.3 Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório competente, comprovando a boa situação financeira da empresa. É vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se atualização pelos índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. (anexo XIII)

15.7.4 – Definição de balanço patrimonial apresentado na forma da lei:

a) Sociedades por ações: os 2 últimos balanços patrimoniais publicados em órgão oficial de imprensa, ou conforme dispuser a Lei nº 6.404/1976;

b) Demais sociedades empresariais: os 2 últimos balanços patrimoniais transcritos no “Livro Diário”, assinados pelo contador e pelo representante legal, acompanhados dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos;

c) Empresas sujeitas à Escrituração Contábil Digital (ECD): apresentação dos 2 últimos balanços patrimoniais, acompanhados dos termos de abertura e encerramento e recibo de entrega do livro digital junto à Receita Federal.

15.7.5 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

15.7.6 Será admissível a apresentação de balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

15.7.7 A licitante deverá comprovar possuir capital social mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação, conforme § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

15.7.8 No caso de consórcio, o capital social ou patrimônio líquido mínimo deverá ser acrescido de 10% (dez por cento) em relação ao exigido individualmente.

15.7.9 A comprovação do capital social será feita relativamente à data de apresentação da proposta, por meio de Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial.

15.7.10 A fixação do percentual de 2% (dois por cento) decorre da análise dos riscos inerentes à inexecução do contrato, considerados o valor global da contratação, o prazo de execução, a duração do contrato e a essencialidade do objeto, conforme § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

15.8 Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

15.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

15.8.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

15.8.3 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

15.8.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

15.8.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.8.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.9 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

15.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.9.2 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

15.9.3 A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal e trabalhista para a abertura da fase recursal.

15.9.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Pregoeira convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

15.10 As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

15.11 Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

15.12 A documentação relativa aos subitens 15.6 e 15.8, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Prefeitura Municipal de Paranaguá – PMPGUÁ, sendo necessários que os mesmos se encontrem listados no CRC, e dentro do prazo de validade. Caso contrário, a licitante fica obrigada a apresentá-los no ato da apresentação da documentação de habilitação.

15.12.1 Em caso de apresentação do CRC, a licitante deverá, obrigatoriamente, firmar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

15.13 Qualificação Técnica:

15.13.1. A licitante deverá, obrigatoriamente, anexar à sua proposta comercial declaração formal de que os serviços ofertados atendem integralmente às especificações técnicas exigidas no edital, incluindo metodologia, etapas, prazos, recursos empregados, resultados esperados e demais características pertinentes ao objeto licitado.

15.13.1.1 O não atendimento a essa exigência, ou a apresentação de declaração falsa ou incompleta, sujeitará a licitante às sanções previstas no inciso VIII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, referentes à declaração falsa sobre o cumprimento dos requisitos de habilitação ou conteúdo da proposta, podendo resultar em advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conforme o caso.

15.13.2 Como qualificação técnica, a empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, junto aos documentos de habilitação, a seguinte documentação:

15.13.2.1. A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que prestou serviços de natureza semelhante com bom desempenho, correspondente a pelo menos 50% do quantitativo ou escopo do serviço objeto desta licitação, observando critérios de qualidade, cumprimento de prazos e resultados alcançados.

15.13.2.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ao) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa ou órgão contratante, contendo nome, cargo e telefone/e-mail de contato dos responsáveis pela informação atestada, sendo vedada a aceitação de declarações genéricas ou extraídas de catálogos, manuais, sites ou materiais promocionais. O atestado deverá, ainda, comprovar a satisfação do contratante quanto à execução do serviço prestado, atestando o cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela licitante.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

15.14 Documentação complementar:

15.14.1 Declaração do licitante de que não possuir, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Modelo Anexo VII);

15.14.2 Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Modelo Anexo IX);

15.14.3 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista no inciso IV, do artigo 63, na Lei nº 14.133/2021 e em outras normas específicas .

15.14.4 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (Modelo X);

15.14.5 Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal (Modelo Anexo XI); 15.14.6 Declaração de idoneidade (Modelo Anexo VI);

15.14.7 Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando for o caso de ME/EPP/MEI (Modelo Anexo VIII).

15.15 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

15.16 Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

15.17 A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se durante o prazo em que valer o contrato.

15.18 A Proposta Escrita e Habilitação do Licitante arrematante deverão ser inseridos no sistema Licitações-e2, em campo próprio, no prazo de até 02 (duas) horas úteis, a contar do encerramento da disputa.

15.18.1 Em caso de necessidade do envio do original ou qualquer processo de cópia autenticada, por Correios ou equivalente, os quais deverão ser entregues no Departamento de Licitações no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar do dia seguinte a solicitação formal no chat de mensagens do sistema eletrônico, deverá ser entregue em envelope fechado ou lacrado.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

16. DO RECURSO

16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 Declarado o vencedor, após o término do julgamento da proposta e dos documentos de habilitação, a Pregoeira abrirá prazo de 10 (dez minutos) horas, em campo próprio do sistema, qualquer licitante poderá de forma motivada, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

16.3 A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

16.4 As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da declaração do vencedor.

16.5 Os demais licitantes ficarão intimados para apresentar contrarrazões, se desejarem, em campo próprio no sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente ou da data da intimação.

16.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

16.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

16.9 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.10 Na elaboração da decisão acerca do recurso, a Pregoeira e/ou a Autoridade Competente serão auxiliados, quando necessário, pelo setor técnico competente e pelo setor jurídico.

16.11 Os interessados ficam obrigados a acessar o Portal www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas), para obter a resposta ao recurso apresentado.

16.12 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.13 DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

16.13.1 Encerrada a fase de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que nos termos do art. 71, da Lei Federal 14.133/21 poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, nos termos do § 2º do art. 71 da Lei 14.133/21;
- c) proceder a anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.13.2 A pregoeira encaminhará o processo para adjudicação da Autoridade Competente, sempre que não houver recurso.

16.13.2.1 A adjudicação dos itens e a homologação da licitação são de responsabilidade da autoridade competente e só poderão ser realizadas depois do encaminhamento do processo pela pregoeira para adjudicação do objeto ao proponente vencedor.

16.13.3 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor.

16.13.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela autoridade competente.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, nos termos do art. 71 da Lei nº14.133/2021, poderá:

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supráveis;
- II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou
- IV - Adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato, preferencialmente em ato único.

17.1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

17.1.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

17.1.3. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

17.1.4. O disposto do art. 71 da Lei 14.133/2021 será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

17.2 Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório.

17.3 Demais disposições do Decreto Municipal nº 4.319/2024.

18. DA EXECUÇÃO

18.1. Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com a legislação vigente, bem como com as normas e resoluções expedidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Regional de Psicologia (CRP), Departamento de Polícia Federal (DPF) e Ministério da Justiça e Segurança Pública.

18.2. A contratada deverá deslocar-se até a cidade de Paranaguá/PR, na sede da Academia de Formação, Ensino e Capacitação da Guarda Civil Municipal de Paranaguá, responsabilizando-se pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos e utensílios necessários para a plena execução dos exames exigidos pela Polícia Federal.

18.3. O prazo máximo para execução integral dos serviços, incluindo a emissão e entrega dos respectivos laudos conclusivos, será de até 30 (trinta) dias corridos a contar da realização dos exames.

18.4. Os Exames de Aptidão Psicológica deverão ocorrer em *duas etapas sucessivas, realizadas no mesmo dia, consistindo em:

I – aplicação dos testes psicológicos;

II – realização da entrevista individual.

18.4.1. O valor unitário do exame compreenderá obrigatoriamente ambas as etapas, bem como todas as demais obrigações previstas neste Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

18.5 Na data previamente agendada, a contratada procederá à aplicação das avaliações em conformidade com a regulamentação vigente, especialmente com a Instrução Normativa DPF nº 78/2014.

18.6. A execução das avaliações psicológicas observará os limites estabelecidos pela Instrução Normativa DPF nº 78/2014, de forma que:

18.6.1 Cada psicólogo credenciado pela Polícia Federal poderá aplicar, no máximo, 10 (dez) exames individuais por dia;

18.6..a equipe poderá atender até 2 (dois) turnos diários, com capacidade máxima de 15 (quinze) avaliados por turno.

18.6.3. O número de exames realizados por dia estará condicionado à quantidade de psicólogos credenciados disponibilizados pela contratada, respeitando-se o limite máximo de 10 (dez) exames/dia por psicólogo.

18.6.4. Para a realização de 30 (trinta) exames em um único dia, a contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 03 (três) psicólogos credenciados pela Polícia Federal devidamente habilitados para a função.

18.6.5 A contratada deverá apresentar, quando da execução contratual, escala de atendimento compatível com os limites aqui estabelecidos, sob pena de responsabilização contratual em caso de descumprimento.

18.7 Os serviços deverão ser realizados em dias, horários e locais previamente agendados pela Administração.

18.8. O local de execução dos serviços deverá ser previamente autorizado pelo Departamento de Polícia Federal e atender integralmente às normas do Conselho Federal de Psicologia e da Polícia Federal.

18.9. Todos os materiais, instrumentos psicológicos, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, inclusive os meios utilizados para a emissão e envio dos laudos,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

serão de fornecimento exclusivo da contratada, sob sua inteira responsabilidade.

18.10. Concluídas as avaliações, a contratada deverá emitir laudo conclusivo de aptidão ou inaptidão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis subsequentes à realização do exame.

18.10.1. O laudo será emitido em 3 (três) vias de igual teor, assinadas e carimbadas pelo responsável técnico, acondicionadas em envelope lacrado.

18.10.2. Deverá acompanhar os laudos listagem nominal dos avaliados, com indicação objetiva do resultado ("APTO" ou "INAPTO").

18.10.3 A entrega dos laudos e da listagem ocorrerá:

a) em meio físico, na Academia de Formação, Ensino e Capacitação da Guarda Civil Municipal, situada na Rua Maneco Viana, Bairro Raia, Paranaguá/PR;

b) em meio digital, encaminhado ao endereço eletrônico institucional indicado pela Administração.

18.10.4. Nos casos de reavaliação psicológica, aplicar-se-ão as mesmas disposições desta cláusula.

18.11. O prazo de garantia dos serviços observará o disposto no art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, combinado com a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

18.12. A contratada deverá fornecer ao avaliado certidão de comparecimento, constando o horário de permanência e o endereço do local da realização dos testes.

18.13. Somente poderão ser utilizados instrumentos psicológicos reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia e aprovados pela Polícia Federal, sendo os resultados obtidos por meio de análise técnica global, conforme manuais e normas aplicáveis.

18.14. O comprovante da execução consistirá nas Folhas de Registro de Comparecimento, contendo nome completo, número do documento de identidade, assinatura e data do exame.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

18.15. A contratada deverá proceder à conferência do documento oficial de identificação do avaliado antes do início do exame. Havendo inconsistência, a Administração deverá ser imediatamente comunicada para adoção das providências cabíveis.

18.16. O não comparecimento do avaliado será registrado na Folha de Comparecimento, constando o status de “DESISTENTE”, hipótese em que não será devido qualquer pagamento à contratada.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CADASTRO DE RESERVA

19.1 Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, podendo este prazo ser prorrogado, igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais sanções legais aplicáveis.

19.2 O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da ata de registro de preço, prorrogável nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021..

19.3 A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

19.4 Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

19.5 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

a) O registro a que se refere o item 19.5 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no item 19.5, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, nos termos do Decreto Municipal nº 4.319/2023;

b) Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 19.5, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

c) A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 19.5, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

remanescente.

19.6 A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

19.7 A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

19.8 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item 19.6, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

19.9 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

19.10 É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

19.11 O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, e no sítio eletrônico do Município de Paranaguá;

19.12 A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

19.13 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

19.14 A pessoa que assinar a Ata deverá demonstrar que possui poderes para praticar o ato, mediante a apresentação de cópias autenticadas dos atos constitutivos, alterações e demais documentos necessários à comprovação de seus poderes.

19.15 Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá demonstrar a regularidade fiscal e trabalhista, apresentando novamente os documentos exigidos no item 15.8, assim como a documentação complementar (documentos exigidos no item 15.14), como condição para celebração do ajuste, devendo manter as condições de habilitação no período de validade da Ata e das respectivas contratações.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

19.15.1 O fornecedor também deverá apresentar todos os dados bancários da empresa, bem como o endereço eletrônico (e-mail) e o contato do representante que atenderá aos pedidos da Secretaria solicitante.

19.16 Farão parte da Ata de Registro de Preços todos os elementos que tenham servido de base para o julgamento da licitação, apresentados pelas empresas classificadas e com preços registrados, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

19.17 Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o licitante obriga-se ao fornecimento pelos preços nela registrados, não podendo transferir os direitos e obrigações dela decorrentes a outrem.

19.18 Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços encontram-se divergentes dos praticados no mercado, a Administração Municipal poderá, fundamentadamente:

- a) Cancelar os itens com preços registrados cujos valores estejam acima dos preços praticados e o fornecedor não aceite adequá-los ao mercado.
- b) Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração Municipal em processo administrativo próprio para esse fim.

20 DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

20.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no §5º do art. 82 da Lei Federal nº14.133/2021. 24.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

20.1.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

20.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

20.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

20.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

20.4.1 A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da Ata de Registro de Preços;

20.4.2 A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

20.4.3 Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

a) A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

b) Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

c) Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no §2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

d) Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

e) Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

f) Liberado o fornecedor na forma do §5º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

g) Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

h) Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

21. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor :

- a) For liberado;
- b) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- e) Não aceitar o preço revisado pela Administração.

21.2 A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Órgão Gerenciador:

- a) Pelo decurso do prazo de vigência;
- b) Pelo cancelamento de todos os preços registrados;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

c) Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe

ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

d) Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

21.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21.3.1 O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

21.4 O Registro de Preços poderá ser cancelado por iniciativa do fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e seus Anexos que deram origem ao Registro de Preços.

21.5 A solicitação de que trata o item acima deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo assegurada defesa prévia sem prejuízo de aplicações de sanções previstas no Edital e na legislação vigente.

22. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.1 Fica assegurado a Prefeitura do Município de Paranaguá o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5 A nulidade opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

22.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

22.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

22.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito de Paranaguá. tibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no edital de licitação.

23. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

23.1 As contratações poderão ser formalizadas por meio de instrumento contratual, nota de empenho de despesa, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos da legislação aplicável.

23.2 O contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, na forma prevista no art. 95, da Lei nº 14.133/2021.

23.3 A critério da Administração, poderá ser facultada a assinatura do contratado no domicílio do(s) licitantes(s) vencedor(es), mediante fornecimento do arquivo do termo a ser celebrado por meio de correspondência eletrônica, que deverá ser impressa em 03 (três) vias, assinadas, ou com identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), e encaminhada(s) à Prefeitura Municipal de Paranaguá por e-mail ou Sedex, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da correspondência eletrônica, aos cuidados da Assessoria de Contratos da Procuradoria Geral do Município de Paranaguá, com sede na Rua Júlia da Costa, 322 – Centro, CEP: 83203-060, Paranaguá, Paraná, sob pena de aplicação de sanções pertinentes previstas neste edital. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da administração, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Prefeitura de Paranaguá – PR. Nesta hipótese, as 03 (três) vias do contrato a serem encaminhados à Prefeitura devem estar com firma do representante habilitado pela contratada, devidamente reconhecida por tabelionato de notas ou ofício equivalente.

23.4 O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar documento equivalente nos termos previstos no Edital.

23.5 O não atendimento do prazo previsto no subitem anterior ou a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso, implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

23.6 O prazo estabelecido pelo item 19.4 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

23.7 Caso o fornecedor convocado não assine o instrumento Termo de Contrato, bem como não aceite ou não retire o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais fornecedores registrados na Ata da Sessão do Pregão, observando a ordem de classificação, para fazê-lo,

sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis.

23.8 O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura.

24. DA GARANTIA CONTRATUAL

24.1 Fica dispensada a apresentação de garantia contratual para fins de celebração de contrato oriundos deste certame.

25. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

25.1 Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

25.2 A Secretaria Municipal de Segurança reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os itens fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

25.3 O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do Contrato e das contratações que com base nela se derem,



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos documentos necessários e exigidos quando do certame, nos termos do Edital.

25.4 As demais condições do pagamento devem atender as disposições editalícias. de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

26. DAS SANÇÕES

26.1 Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

26.1.1 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;

26.2 Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

26.2.1 Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;
- b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.

26.2.2 Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar o contrato / retirar o documento equivalente e devolver a Prefeitura Municipal no



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua convocação, conforme disposição item 19.3;

26.2.2.1 Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

26.2.3 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

26.2.4 Suspensão nos prazos abaixo definidos:

a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;

b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

26.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.

26.3 A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal

esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

26.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

26.5 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.

26.6 Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

26.7 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

26.8 As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Paranaguá, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

26.9 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

27. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

27.1 Fica assegurado a Prefeitura do Município de Paranaguá o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

27.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

27.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

27.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

27.5 A nulidade opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

27.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

27.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito de Paranaguá.

28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

28.1 Possuir e manter regular e válido credenciamento junto à Polícia Federal para a expedição de laudos de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, conforme



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

previsto na Lei nº 10.826/03 e no artigo 12, inciso VI, do Decreto nº 9.847/2019.

28.2 Dispor de profissionais psicólogos devidamente habilitados e registrados no Conselho Regional de Psicologia (CRP), com experiência comprovada em avaliação psicológica para porte de arma e aptidão para o desempenho de atividades de segurança pública.

28.3 Empregar metodologia de avaliação psicológica reconhecida e validada pelos órgãos competentes, que contemple os critérios exigidos pela Polícia Federal para o manuseio de arma de fogo e pistolas de tecnologias não letais, incluindo a avaliação das condições emocionais, capacidade de tolerância à pressão e frustração.

28.4 Realizar a avaliação psicológica individual de todos os 349 integrantes da Guarda Civil Municipal de Paranaguá, bem como de novos membros ou para renovação de porte, conforme demanda da Contratante.

28.5 Emitir laudos conclusivos e individualizados para cada GCM avaliado, atestando a aptidão ou inaptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e pistolas de tecnologias não letais. Os laudos deverão ser claros, objetivos e conter todos os elementos exigidos pela Polícia Federal e demais legislações pertinentes.

28.6 Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma a ser definido em conjunto com a Secretaria Municipal de Segurança de Paranaguá, garantindo a agilidade e eficiência na entrega dos resultados.

28.7 Assegurar o mais absoluto sigilo sobre todas as informações obtidas durante as avaliações psicológicas, em conformidade com o Código de Ética Profissional dos Psicólogos e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

28.8 Realizar as avaliações em local adequado, com infraestrutura que garanta a privacidade e o conforto dos avaliados, podendo ser nas dependências da Contratante ou em local a ser disponibilizado pela Contratante, mediante acordo prévio.

28.9 Realizar, quando solicitado pela Contratante e mediante justificativa, reavaliações psicológicas de GCMs que, inicialmente, foram considerados inaptos ou que necessitem de acompanhamento, nos termos das normas aplicáveis.

28.10 Apresentar à Secretaria Municipal de Segurança relatórios gerenciais periódicos sobre



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

o andamento das avaliações, contendo informações consolidadas e estatísticas, sempre respeitando o sigilo individual dos avaliados.

28.11 Notificar a Contratante, de forma imediata e formal, os casos de GCMs considerados inaptos para o manuseio de arma de fogo e pistolas de tecnologias não letais, apresentando as justificativas técnicas pertinentes.

28.12 Manter-se disponível para esclarecimentos e reuniões com a Secretaria Municipal de Segurança de Paranaguá sempre que necessário, para tratar de assuntos relacionados à execução do contrato.

28.13 Atuar em plena conformidade com a Lei nº 10.826/03, o Decreto nº 9.847/2019, a Instrução Normativa 023/2005 do Departamento de Polícia Federal, o Convênio nº 12/2015 entre a Prefeitura Municipal de Paranaguá e a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná, a Lei Federal 13.022/2014 (Estatuto das Guardas Municipais) e demais normas correlatas.

28.14 Ser integralmente responsável por quaisquer danos decorrentes de sua atuação ou de seus prepostos, seja por ação ou omissão, culposa ou dolosa, durante a execução dos serviços.

28.15 Manter toda a documentação comprobatória das avaliações realizadas pelo período exigido em lei, disponibilizando-a para a fiscalização da Contratante ou de órgãos competentes, quando solicitada.

29. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

29.1 Receber os serviços de acordo com as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.

29.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.

29.3 Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido.

29.4 Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

29.5 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

29.6 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado, como fiscal do contrato, e nos termos do Decreto Municipal nº. 683/2018.

29.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

29.8 Fica a contratante responsável por executar os pedidos com antecedência mínima prevista no item 5, gerar e encaminhar nota de empenho a contratada, gerar contrato de prestação dos serviços, e acompanhar, fiscalizar e orientar os serviços a serem executados.

30. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

30.1. O acompanhamento, a fiscalização e a execução do contrato ocorrerão conforme o disposto nos Decretos Municipais nº 683/2018 e nº 4.319/2023.

30.1.1. A nomeação dos fiscais se dará em conformidade com os Decretos Municipais nº 683/2018 e nº 4.319/2023, por meio de Portaria ou outro ato administrativo expedido pelo Poder Executivo Municipal.

30.2. A Secretaria Municipal de Segurança será a responsável pela fiscalização obrigatória da execução do contrato, com o objetivo de verificar se, em seu desenvolvimento, estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar peças, insumos e serviços que não forem considerados satisfatórios, bem como de determinar à contratada a correção das irregularidades constatadas.

30.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que decorrentes de imperfeições técnicas, do uso de materiais inadequados ou de qualidade inferior, não implicando corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

30.4 Nos termos do art. 115 da Lei nº 14.133/2021, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será exercida pelos Fiscais de Contrato devidamente nomeados por meio de Portaria, conforme o Decreto Municipal nº 683/2018, não se considerando entregue o material, obra ou serviço — e, por consequência, não sendo autorizado o pagamento ao contratado — sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades previstas no referido Decreto.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

30.5. Fiscais do Contrato

Fiscal Titular: GCM Reginaldo Rodrigues Filho – Matrícula nº 5788

FISCAL SUBSTITUTO: GCM Elton Luiz Neves Silva Matrícula nº 6049

31. MEDIDAS ACAUTELADORAS

31.1 Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, utilizada esta lei por analogia a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

32. FRAUDE E CORRUPÇÃO

32.1 Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática conluiada”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

33. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 33.1 Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e o responsável pela licitação quer direta ou indiretamente.
- 33.2 A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação, por parte da proponente, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 33.3 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Paranaguá revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizando no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 33.4 No caso de haver desconexão da Pregoeira com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recebimento dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 33.5 Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa, reiniciando somente após comunicação expressa aos participantes, por meio de mensagens na plataforma do “Licitacoes-e2”.
- 33.6 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.
- 33.7 É facultado a Pregoeira ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.
- 33.8 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 33.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.
- 33.10 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

- 33.11 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, pelo aplicativo de informática “Licitacoes-e2” do Banco do Brasil ou, ainda mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.
- 33.12 São de responsabilidade exclusiva da licitante as informações relativas a endereço, telefone e fax, bem como a modificação dos mesmos no curso da licitação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação.
- 33.13 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal.
- 33.14 Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Pregoeira com base na legislação vigente.
- 33.15 Fica designado o Foro da Cidade de Paranaguá, Paraná, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 33.16 Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais www.paranagua.pr.gov.br e www.compras.gov.br (Portal de Compras do Governo Federal) , www.gov.br/pncp/pt-br (Portal Nacional de Contratações Públicas), onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Paranaguá, 04 de fevereiro de 2026.

Francisco Leudomar Nóbrega dos Santos
Secretário Municipal de Segurança



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

O presente processo tem por objeto a contratação de empresa especializada para a aplicação dos serviços profissionais de Psicólogo, credenciado pela Polícia Federal para realização do exame de aptidão psicológica para 349 (trezentos e quarenta e nove) Guardas Civis Municipais, e futuros 67 novos Guardas Civis Municipais, na forma de Pregão Eletrônico em atendimento à Secretaria Municipal de Segurança,

| LOTES | | | | | |
|--|--|--------------------|-------|----------------|-------------------|
| LOTE /ITEM | Especificação | Unidad e de medida | Quant | Valor Unitário | Valor total (R\$) |
| 01 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA PELA POLÍCIA FEDERAL, PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO DE VALIDAÇÃO E REVALIDAÇÃO PSICOLÓGICA ATESTADA EM LAUDO CONCLUSIVO, CONFORME PRECEITUA O ART. 12, INCISO VI DO DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019 E ART. 42 INCISO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 023/2005 DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL | unidade. | 450 | R\$ 163,23 | R\$ 73.453,50 |
| R\$ 73.453,50 (setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) | | | | | |

2 - DA JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Segurança, para uso da Guarda Civil Municipal de Paranaguá, criada pela Lei Municipal nº 2.067, de 17 de dezembro de 1998, reconhecida como organização policial da Administração Municipal, uniformizada e armada, encontra-se em processo de capacitação junto à Polícia Federal e ao Ministério da Defesa (Exército), visando à habilitação de seus integrantes para o porte de arma de fogo.

Considera-se que o exercício das atribuições de poder de polícia da Guarda Civil Municipal, previstas nos artigos 4º e 5º da Lei Federal nº 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), exige que seus agentes estejam devidamente equipados, treinados e aptos psicologicamente para o manuseio de armas de fogo e tecnologias não-letais.

Adicionalmente, o Convênio nº 12/2015, firmado entre a Prefeitura Municipal de Paranaguá e a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná, nos termos da Lei Federal nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), autoriza a utilização de armas de fogo e pistolas de tecnologias não-letais pela Guarda Civil Municipal, mediante cumprimento das exigências legais.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Atualmente, o efetivo da Guarda Civil Municipal de Paranaguá é composto por 349 (trezentos e quarenta e nove) guardas*, os quais vêm sendo submetidos a qualificação e treinamento específico no manuseio de armas de fogo e de pistolas de tecnologias não-letais, na Academia de Instrução e Formação da GCM de Paranaguá, em conformidade com o artigo 42, inciso II, da Instrução Normativa nº 023/2005 do Departamento da Polícia Federal.

Nos termos do art. 12, inciso VI, do Decreto Federal nº 9.847, de 25 de junho de 2019, a avaliação psicológica constitui requisito essencial e deve ser atestada em laudo conclusivo emitido por psicólogo credenciado pela Polícia Federal. Assim, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a realização das avaliações psicológicas dos integrantes da Guarda Civil Municipal de Paranaguá, a fim de atender às exigências legais para concessão, manutenção e renovação do porte de armas de fogo, bem como para o uso das pistolas de tecnologias não-letais.

Tal medida objetiva assegurar a proteção individual dos servidores em situações que demandem a utilização do armamento, bem como a segurança da população*, garantindo que apenas agentes devidamente aptos, equilibrados emocionalmente e capazes de atuar sob pressão e frustração tenham acesso ao porte e manuseio de armas.

A Secretaria Municipal de Segurança, ciente dos altos índices de violência urbana, tem investido de forma contínua na modernização dos equipamentos bélicos e na capacitação profissional de seus servidores, visando ao desempenho eficaz das atribuições constitucionais e legais da Guarda Civil Municipal.

Dessa forma, a manutenção e regularidade da avaliação psicológica dos integrantes da Guarda Civil Municipal configuram-se como medida prioritária, indispensável para a consolidação da política de segurança pública municipal, contribuindo para a redução de riscos, preservação da integridade física dos agentes e salvaguarda da comunidade em geral.

3 - DA ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1 A Secretaria Municipal de Segurança realizou pesquisa de mercado junto a empresas do ramo para este serviço, considerado apto a atender os quantitativos e descrição do objeto especificado neste Termo. Com base na pesquisa realizada, o valor total da aquisição foi estimado em R\$ 73.453,50 (setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).

3.2. Os valores constantes na tabela de estimativa não poderão ser ultrapassados quando da apresentação das propostas no certame e em suas fases subsequentes.

3.3. A pesquisa de mercado foi realizada em conformidade com as Instruções Normativas Municipais nº 003/2015 e nº 005/2018, bem como em observância ao Acórdão nº 3.569/2023 do Tribunal de Contas da União.

3.4. A estimativa de preços foi elaborada com base em fontes de pesquisa selecionadas pela sua confiabilidade, representatividade e credenciamento junto à Polícia Federal, conforme exigido para execução do *Exame de Aptidão de Validação e Revalidação Psicológica, atestado em laudo conclusivo, nos termos do art. 12, inciso VI, do Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, e do art. 42, inciso II, da Instrução Normativa nº 023/2005 do Departamento da Polícia Federal:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

3.4.1. Consulta direta a fornecedores: foram obtidos cinco orçamentos junto a clínicas credenciadas pela Polícia Federal, garantindo cotações completas, atualizadas e compatíveis com o objeto da contratação;

3.4.2. Atas de Registro de Preços vigentes: análise de atas estaduais e federais relacionadas a serviços similares, disponíveis no Portal de Compras Governamentais.

3.5. Constatou-se, durante a pesquisa de preços junto à Administração Pública, que a modalidade licitatória usualmente empregada para contratações dessa natureza é o Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, por ser o mais adequado para serviços com características homogêneas.

3.6 Assim, a solução escolhida apresenta maior aderência aos requisitos técnicos definidos, além de promover competitividade, economicidade, eficiência, eficácia, padronização e alinhamento às práticas de mercado.

3.7. Critério utilizado para definição do preço de referência:* após a coleta das cotações, adotou-se o critério da média aritmética simples, por proporcionar maior equilíbrio entre os valores obtidos e reduzir distorções causadas por preços discrepantes.

3.8. Justificativa para escolha da média aritmética:

Representatividade dos preços praticados no mercado;

Redução do impacto de cotações fora do padrão;

Maior transparência e facilidade na análise da razoabilidade dos valores;

Conformidade com as práticas recomendadas pelos órgãos de controle.

3.9 Tratamento de dados e validação: todas as cotações foram submetidas a análise de consistência, sendo desconsiderados valores destoantes da realidade de mercado, entendidos como aqueles*superiores a 50% da média ou inferiores a 30% da média.

3.10. Documentação da pesquisa: toda a documentação referente à pesquisa de preços (cotações recebidas, contratos analisados e planilhas de cálculo) encontra-se juntada aos autos do processo administrativo, assegurando a observância dos princípios da publicidade, da transparência e do controle.

4 – Da Execução e dos Locais de Prestação dos Serviços

4.1. Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com a legislação vigente, bem como com as normas e resoluções expedidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Regional de Psicologia (CRP), Departamento de Polícia Federal (DPF) e Ministério da Justiça e Segurança Pública.

4.2. A contratada deverá deslocar-se até a cidade de Paranaguá/PR, na sede da Academia de Formação, Ensino e Capacitação da Guarda Civil Municipal de Paranaguá, responsabilizando-se pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos e utensílios necessários para a plena execução dos exames exigidos pela Polícia Federal.

4.3. O prazo máximo para execução integral dos serviços, incluindo a emissão e entrega dos respectivos laudos conclusivos, será de até 30 (trinta) dias corridos a contar da realização dos exames.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

4.4. Os Exames de Aptidão Psicológica deverão ocorrer em *duas etapas sucessivas, realizadas no mesmo dia, consistindo em:

I – aplicação dos testes psicológicos;

II – realização da entrevista individual.

4.4.1. O valor unitário do exame compreenderá obrigatoriamente ambas as etapas, bem como todas as demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

4.5 Na data previamente agendada, a contratada procederá à aplicação das avaliações em conformidade com a regulamentação vigente, especialmente com a Instrução Normativa DPF nº 78/2014.

4.6. A execução das avaliações psicológicas observará os limites estabelecidos pela Instrução Normativa DPF nº 78/2014, de forma que:

4.6.1 Cada psicólogo credenciado pela Polícia Federal poderá aplicar, no máximo, 10 (dez) exames individuais por dia;

4.6..a equipe poderá atender até 2 (dois) turnos diários, com capacidade máxima de 15 (quinze) avaliados por turno.

4.6.3. O número de exames realizados por dia estará condicionado à quantidade de psicólogos credenciados disponibilizados pela contratada, respeitando-se o limite máximo de 10 (dez) exames/dia por psicólogo.

4.6.4. Para a realização de 30 (trinta) exames em um único dia, a contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 03 (três) psicólogos credenciados pela Polícia Federal devidamente habilitados para a função.

4.6.5 A contratada deverá apresentar, quando da execução contratual, escala de atendimento compatível com os limites aqui estabelecidos, sob pena de responsabilização contratual em caso de descumprimento.

4.7 Os serviços deverão ser realizados em dias, horários e locais previamente agendados pela Administração.

4.8. O local de execução dos serviços deverá ser previamente autorizado pelo Departamento de Polícia Federal e atender integralmente às normas do Conselho Federal de Psicologia e da Polícia Federal.

4.9. Todos os materiais, instrumentos psicológicos, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, inclusive os meios utilizados para a emissão e envio dos laudos, serão de fornecimento exclusivo da contratada, sob sua inteira responsabilidade.

4.10. Concluídas as avaliações, a contratada deverá emitir laudo conclusivo de aptidão ou inaptidão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis subsequentes à realização do exame.

4.10.1. O laudo será emitido em 3 (três) vias de igual teor, assinadas e carimbadas pelo responsável técnico, acondicionadas em envelope lacrado.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

4.10.2. Deverá acompanhar os laudos listagem nominal dos avaliados, com indicação objetiva do resultado (“APTO” ou “INAPTO”).

4.10.3 A entrega dos laudos e da listagem ocorrerá:

- a) em meio físico, na Academia de Formação, Ensino e Capacitação da Guarda Civil Municipal, situada na Rua Maneco Viana, Bairro Raia, Paranaguá/PR;
- b) em meio digital, encaminhado ao endereço eletrônico institucional indicado pela Administração.

4.10.4. Nos casos de reavaliação psicológica, aplicar-se-ão as mesmas disposições desta cláusula.

4.11. O prazo de garantia dos serviços observará o disposto no art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, combinado com a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.12.A contratada deverá fornecer ao avaliado certidão de comparecimento, constando o horário de permanência e o endereço do local da realização dos testes.

4.13. Somente poderão ser utilizados instrumentos psicológicos reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia e aprovados pela Polícia Federal, sendo os resultados obtidos por meio de análise técnica global, conforme manuais e normas aplicáveis.

4.14. O comprovante da execução consistirá nas Folhas de Registro de Comparecimento, contendo nome completo, número do documento de identidade, assinatura e data do exame.

4.15. A contratada deverá proceder à conferência do documento oficial de identificação do avaliado antes do início do exame. Havendo inconsistência, a Administração deverá ser imediatamente comunicada para adoção das providências cabíveis.

4.16. O não comparecimento do avaliado será registrado na Folha de Comparecimento, constando o status de “DESISTENTE”, hipótese em que não será devido qualquer pagamento à contratada.

5 . INDICAÇÃO DO FISCAL E SUBSTITUTO

5.1 Para acompanhar o contrato e fiscalizar a execução nos termos dispostos no Decreto Municipal 683/2018, serão indicados dois servidores estáveis para o acompanhamento:

Fiscal Titular: GCM Reginaldo Rodrigues Filho – Matrícula nº 5788

FISCAL SUBSTITUTO: GCM Elton Luiz Neves Silva Matrícula nº 6049

6. ABRANGÊNCIA

6.1 A avaliação Psicológica abrangerá todos os 349 guardas Municipais e mais os novos integrantes que serão chamados ainda este ano para participação da Escola de Formação de G.C.Ms da Guarda Civil Municipal de Paranaguá, sendo em torno de 67 (sessenta e sete) novos.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 Os recursos decorrentes da presente aquisição deverão ser empenhados na seguintes dotações orçamentárias: 20.02.33390394800 Fonte: 01000 e 20.03.33390394800 Fonte: 01509 .

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 A licitante deverá “obrigatoriamente” anexar, junto à proposta comercial, declaração que os serviços ofertados, contém todas as informações, especificação técnica, dimensões, pesos e demais características técnicas correlatas ao objeto licitado, sob pena de sanções previstas no inciso VIII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, referente a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta;

8.2 Como qualificação técnica, a empresa interessada em participar da licitação deverá apresentar, junto aos documentos de habilitação, a seguinte documentação:

8.2.1 Atestado de capacidade técnica emitido por empresa pública ou privada onde comprove que a empresa teve um bom desempenho no fornecimento do item em pelo menos 50% do quantitativo total de cada item.

8.2.1.1 O(s) atestado(s) deverá(ao) ser impresso(s) em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com o produto ofertado pela licitante.

8.3 Declaração indicando quem será o responsável técnico pela execução do serviço e a Carteira Profissional expedida pelo Conselho Regional de Psicologia;

9-REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

9.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

9.3 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

9.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.7 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.10 A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal e trabalhista para a abertura da fase recursal.

9.11 A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Pregoeira convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

9.12 As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

9.13 Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

9.14 A documentação relativa aos subitens 9.6 e 9.8, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Prefeitura Municipal de Paranaguá – PMPGUÁ, sendo necessários que os mesmos se encontrem listados no CRC, e dentro do prazo de validade. Caso contrário, a licitante fica obrigada a apresentá-los no ato da apresentação da documentação de habilitação.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

9.14.1 Em caso de apresentação do CRC, a licitante deverá, obrigatoriamente, firmar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Possuir e manter regular e válido credenciamento junto à Polícia Federal para a expedição de laudos de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, conforme previsto na Lei nº 10.826/03 e no artigo 12, inciso VI, do Decreto nº 9.847/2019.

10.2 Dispor de profissionais psicólogos devidamente habilitados e registrados no Conselho Regional de Psicologia (CRP), com experiência comprovada em avaliação psicológica para porte de arma e aptidão para o desempenho de atividades de segurança pública.

10.3 Empregar metodologia de avaliação psicológica reconhecida e validada pelos órgãos competentes, que contemple os critérios exigidos pela Polícia Federal para o manuseio de arma de fogo e pistolas de tecnologias não letais, incluindo a avaliação das condições emocionais, capacidade de tolerância à pressão e frustração.

10.4 Realizar a avaliação psicológica individual de todos os 349 integrantes da Guarda Civil Municipal de Paranaguá, bem como de novos membros ou para renovação de porte, conforme demanda da Contratante.

10.5 Emitir laudos conclusivos e individualizados para cada GCM avaliado, atestando a aptidão ou inaptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e pistolas de tecnologias não letais. Os laudos deverão ser claros, objetivos e conter todos os elementos exigidos pela Polícia Federal e demais legislações pertinentes.

10.6 Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma a ser definido em conjunto com a Secretaria Municipal de Segurança de Paranaguá, garantindo a agilidade e eficiência na entrega dos resultados.

10.7 Assegurar o mais absoluto sigilo sobre todas as informações obtidas durante as avaliações psicológicas, em conformidade com o Código de Ética Profissional dos Psicólogos e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

10.8 Realizar as avaliações em local adequado, com infraestrutura que garanta a privacidade e o conforto dos avaliados, podendo ser nas dependências da Contratante ou em local a ser disponibilizado pela Contratante, mediante acordo prévio.

10.9 Realizar, quando solicitado pela Contratante e mediante justificativa, reavaliações psicológicas de GCMs que, inicialmente, foram considerados inaptos ou que necessitem de acompanhamento, nos termos das normas aplicáveis.

10.10 Apresentar à Secretaria Municipal de Segurança relatórios gerenciais periódicos sobre o andamento das avaliações, contendo informações consolidadas e estatísticas, sempre respeitando o sigilo individual dos avaliados.

10.11 Notificar a Contratante, de forma imediata e formal, os casos de GCMs considerados inaptos para o manuseio de arma de fogo e pistolas de tecnologias não letais, apresentando as justificativas técnicas pertinentes.

10.12 Manter-se disponível para esclarecimentos e reuniões com a Secretaria Municipal de Segurança de Paranaguá sempre que necessário, para tratar de assuntos relacionados à



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

execução do contrato.

10.13 Atuar em plena conformidade com a Lei nº 10.826/03, o Decreto nº 9.847/2019, a Instrução Normativa 023/2005 do Departamento de Polícia Federal, o Convênio nº 12/2015 entre a Prefeitura Municipal de Paranaguá e a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná, a Lei Federal 13.022/2014 (Estatuto das Guardas Municipais) e demais normas correlatas.

10.14 Ser integralmente responsável por quaisquer danos decorrentes de sua atuação ou de seus prepostos, seja por ação ou omissão, culposa ou dolosa, durante a execução dos serviços.

10.15 Manter toda a documentação comprobatória das avaliações realizadas pelo período exigido em lei, disponibilizando-a para a fiscalização da Contratante ou de órgãos competentes, quando solicitada.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Receber os serviços de acordo com as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.

11.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado.

11.3 Comunicar, por escrito, à contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido.

11.4 Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.

11.5 Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

11.6 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado, como fiscal do contrato, e nos termos do Decreto Municipal nº. 683/2018.

11.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

11.8 Fica a contratante responsável por executar os pedidos com antecedência mínima prevista no item 5, gerar e encaminhar nota de empenho a contratada, gerar contrato de prestação dos serviços, e acompanhar, fiscalizar e orientar os serviços a serem executados..

DA GARANTIA – QUALIDADE E CONFORMIDADE DOS SERVIÇOS

12.1. A Contratada garante que todos os serviços prestados no âmbito deste contrato, relativos à realização de exames de aptidão psicológica para validação e revalidação, serão executados em estrita conformidade com o art. 12, inciso VI, do Decreto nº 9.847/2019 e o



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

art. 42, inciso II, da Instrução Normativa nº 023/2005 da Polícia Federal, bem como com as exigências contidas no Termo de Referência e demais anexos do edital.

12.2. Garantir a correção técnica e legal dos laudos emitidos, atestando a aptidão ou revalidação psicológica dos indivíduos examinados;

12.3 manter a confidencialidade absoluta das informações e resultados dos exames, em conformidade com a legislação vigente e normas de proteção de dados;

12.4 corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer falhas, inconsistências ou incorreções técnicas nos exames ou laudos emitidos;

d) cumprir rigorosamente os prazos e cronogramas estabelecidos, assegurando que todos os exames sejam realizados dentro do período de vigência do contrato.

12.5. A garantia de execução prevista nesta cláusula terá validade durante todo o período de vigência do contrato e se estenderá até a regularização completa de eventuais inconformidades identificadas pela Administração, sem qualquer custo adicional.

12.6. Caso a Contratada não cumpra as obrigações previstas nesta cláusula, a Administração poderá aplicar as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa decorrente do descumprimento.

13. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

13.1 Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta-corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

13.2 A Secretaria Municipal de Segurança, reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas em Edital.

Francisco Leudomar Nóbrega dos Santos
Secretário Municipal de Segurança



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETO

1.1 EMPRESA CREDENCIADA PELA POLÍCIA FEDERAL, PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO DE VALIDAÇÃO E REVALIDAÇÃO PSICOLÓGICA ATESTADA EM LAUDO CONCLUSIVO, CONFORME PRECEITUA O ART. 12, INCISO VI DO DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019 E ART. 42 INCISO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 023/2005 DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL

1.2 Atualmente, existe uma lacuna na capacidade de nossa instituição em realizar, com a expertise e a chancela legal necessárias, os exames psicotécnicos exigidos pela legislação vigente para comprovação da aptidão psicológica dos Guardas Municipais que se enquadram nas exigências para posse ou porte de arma de fogo, regulamentadas pela Polícia Federal.

Sem a contratação de uma empresa ou profissional devidamente credenciado pela Polícia Federal, conforme os requisitos estabelecidos, nossa instituição fica impossibilitada de cumprir as seguintes normativas essenciais:

Art. 12, Inciso VI do Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019: Este dispositivo legal estabelece, de forma clara, a exigência de laudo conclusivo de aptidão psicológica para a concessão de porte de arma de fogo e para outras situações específicas. A ausência de um serviço qualificado para emitir esse laudo inviabiliza o cumprimento dessa premissa legal.

Art. 42, Inciso II da Instrução Normativa 023/2005 do Departamento de Polícia Federal: Esta instrução normativa detalha os procedimentos e requisitos para a realização desses exames, reforçando a necessidade de profissionais e empresas credenciadas pela própria Polícia Federal. Ignorar essa exigência resultaria em laudos inválidos e em processos administrativos comprometidos, expondo a instituição a sanções e riscos legais.

A não realização desses exames por um ente credenciado acarreta sérias consequências, como a impossibilidade de emissão ou revalidação de documentos essenciais (como o porte de arma), a insegurança jurídica para os indivíduos e para a própria instituição, e o descumprimento de um preceito de segurança pública que visa assegurar que apenas indivíduos psicologicamente aptos exerçam certas funções ou tenham acesso a determinados direitos.

Portanto, a contratação se faz imprescindível para sanar essa deficiência operacional, garantir a conformidade legal e normativa junto à Polícia Federal e, acima de tudo, contribuir para a segurança e integridade das operações e dos indivíduos envolvidos.

2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A necessidade que originou esta demanda está relacionada à obrigatoriedade do atendimento aos critérios legais e normativos estabelecidos pela Polícia Federal para a avaliação da aptidão psicológica de indivíduos que buscam autorização para aquisição e/ou porte de arma de fogo. No contexto da administração pública, tal exigência visa não apenas o cumprimento da legislação vigente, mas, sobretudo, a promoção da segurança coletiva, prevenindo riscos à ordem pública e à integridade física de terceiros.

O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que a Administração Pública carece ininterruptamente de prestadores de serviço para realizarem avaliações psicológicas, especialmente para emitir os laudos relacionados ao uso e ao porte de arma de fogo.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

O interesse público encontra-se diretamente atendido ao garantir que apenas pessoas aptas psicologicamente, conforme parâmetros técnicos e científicos estabelecidos, possam ter acesso ao porte ou à posse de arma de fogo. O serviço necessário compreende a avaliação psicológica por meio da aplicação de testes específicos e a realização de entrevista individual, culminando com a emissão de laudo de aptidão psicológica, documento indispensável para instruir os processos junto à Polícia Federal.

A realização adequada dessa avaliação contribui de modo substancial para a prevenção de incidentes envolvendo armas de fogo, apurando a capacidade emocional, cognitiva e comportamental dos requerentes, em consonância com as políticas públicas de controle de armas e proteção da sociedade. Essa demanda representa, portanto, uma ação preventiva fundamentada em critérios técnicos e legais, que materializa o compromisso do ente público com a segurança e o bem-estar da coletividade, resguardando o interesse público ao disciplinar o acesso a instrumentos potencialmente letais como as armas de fogo.

A Guarda Municipal de Paranaguá busca contratar uma empresa especializada e credenciada pela Polícia Federal para a realização de exames de aptidão, validação e revalidação psicológica. Essa contratação é fundamental para garantir que os profissionais submetidos a esses exames recebam uma avaliação psicológica de alta qualidade, atestada por laudo conclusivo, conforme as exigências legais.

A necessidade dessa contratação está fundamentada no disposto no art. 12, inciso VI, do Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, bem como no art. 42, inciso II, da Instrução Normativa 023/2005 do Departamento da Polícia Federal. Essas normativas garantem que os exames sejam realizados por profissionais qualificados e credenciados, assegurando a validade e a confiabilidade dos resultados.

Ao contratar uma empresa especializada, a Guarda Municipal de Paranaguá busca assegurar a conformidade legal, a integridade do processo de avaliação psicológica e a seleção de profissionais aptos a desempenhar suas funções com competência e responsabilidade, contribuindo para a segurança e o bem-estar da comunidade.

O vencimento do prazo de validade do porte de arma de fogo é uma situação que exige atenção constante por parte da Guarda Civil de Contagem. Quando o porte de arma expira, é necessário que o guarda civil passe por uma nova avaliação psicológica para garantir que ele ainda possui a aptidão necessária para o

manuseio de armamento letal. Essa reavaliação é crucial para assegurar a segurança pública e a conformidade com as normativas estabelecidas pela Polícia Federal.

A reprovação dos guardas civis nas provas práticas de tiro dentro de um período de 12 meses requer que eles sejam submetidos a uma nova avaliação psicológica. Essa medida visa identificar e tratar possíveis deficiências ou dificuldades que possam comprometer o desempenho e a segurança no uso de armas de fogo. A reavaliação psicológica é, portanto, um passo fundamental para garantir que apenas servidores aptos estejam autorizados a portar armamento

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A empresa deve possuir credenciamento válido junto à Polícia Federal, garantindo que seus profissionais estejam habilitados para realizar exames de aptidão psicológica conforme as normas vigentes.

3.2 Os psicólogos envolvidos na realização dos exames devem ser profissionais devidamente registrados e qualificados, seguindo as diretrizes estabelecidas pelos órgãos reguladores.

3.3 A empresa deve seguir as orientações do art. 12, inciso VI, do Decreto nº 9.847/2019, e do art. 42, inciso II, da Instrução Normativa 023/2005 do Departamento da Polícia Federal, garantindo que os exames de validação e revalidação psicológica sejam realizados de acordo com as normas legais e técnicas.
4. Emissão de laudo conclusivo: Os exames realizados devem resultar em um laudo psicológico conclusivo, que ateste a aptidão do profissional avaliado, atendendo aos requisitos técnicos e legais estabelecidos. Esses requisitos asseguram que o processo de avaliação seja realizado de forma ética, confiável e em conformidade com a legislação vigente, contribuindo para a seleção adequada dos profissionais da Guarda Municipal de Paranaguá

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

4.1 O quantitativo disposto foi estimado com base nos serviços que serão prestados pelo período de 12 meses.

5. ESTIMATIVA DOS VALORES

5.1 A estimativa de valor para esta licitação foi baseada em cotações, conforme demonstrativo de preço anexado ao processo:

| LOTES | | | | | |
|--|--|--------------------|-------|----------------|-------------------|
| LOTE /ITEM | Especificação | Unidad e de medida | Quant | Valor Unitário | Valor total (R\$) |
| 01 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA PELA POLÍCIA FEDERAL, PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO DE VALIDAÇÃO E REVALIDAÇÃO PSICOLÓGICA ATESTADA EM LAUDO CONCLUSIVO, CONFORME PRECEITUA O ART. 12, INCISO VI DO DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019 E ART. 42 INCISO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 023/2005 DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL | unidade. | 450 | R\$ 163,23 | R\$ 73.453,50 |
| R\$ 73.453,50 (setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) | | | | | |

5.2 O quantitativo estimado nesse processo implicará ganho de escala, porque quanto maior a quantidade de serviços a serem cotados, melhor será o seu valor final, beneficiando a Administração Pública, considerando se, ainda, que somente se empenhará a quantidade de locação de veículos a serem contratados.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Com base no inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Instruções Normativas Municipais n.º 003/2015 e 005/2018, consideramos contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Secretaria de Segurança.

6.2 Durante a fase da pesquisa de preços junto a Administração Pública, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o pregão eletrônico, que tem como tipo menor preço, de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos.

6.3 Com base em levantamento de mercado, o tipo de solução escolhida é que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação são:

A solução proposta consiste na contratação de uma empresa especializada, credenciada pela Polícia Federal, para realizar exames de aptidão psicológica destinados à validação e revalidação de profissionais, com emissão de laudos conclusivos. Essa contratação visa atender às necessidades da Guarda Municipal de Paranaguá, garantindo que os profissionais submetidos aos exames sejam avaliados por psicólogos qualificados e habilitados, conforme as normativas legais vigentes. A



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

empresa contratada será responsável por aplicar os testes e avaliações psicológicas, seguindo rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelo art. 12, inciso VI, do Decreto nº 9.847/2019, bem como pelo art. 42, inciso II, da Instrução Normativa 023/2005 do Departamento da Polícia Federal. Esses dispositivos legais garantem que os exames sejam realizados de forma ética, confiável e em conformidade com os requisitos técnicos e legais, resultando em laudos conclusivos que atestam a aptidão do profissional avaliado. Ao adotar essa solução, a Guarda Municipal de Paranaguá assegura um processo de avaliação psicológico padronizado, confiável e legalmente embasado, contribuindo para a seleção de profissionais qualificados e aptos a desempenhar suas funções com responsabilidade e segurança para a comunidade.

8 DA DECISÃO PELA ESCOLHA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA , EM DETRIMENTO A OUTRAS ALTERNATIVAS DE MERCADO

O Decreto nº 9.847/2019 estabelece, em seu art. 12, inciso VI, que a validade do Certificado de Registro e do Porte de Arma de Fogo está condicionada à comprovação de aptidão psicológica, a ser atestada por profissional de psicologia credenciado pela Polícia Federal.

Da mesma forma, a Instrução Normativa nº 023/2005 do Departamento de Polícia Federal, em seu art. 42, inciso II, determina que a avaliação psicológica para aquisição, registro, renovação ou porte de arma de fogo somente poderá ser realizada por profissional ou instituição devidamente credenciada pela Polícia Federal.

Dessa forma, a execução desse tipo de exame é restrita a empresas ou profissionais que possuam credenciamento ativo junto à Polícia Federal, sendo inviável a contratação de empresas que não atendam a essa exigência normativa.

Foram analisadas empresas que atuam no ramo de **avaliação psicológica** no mercado local e regional. Contudo, observou-se que **nem todas possuem credenciamento vigente** junto ao Departamento de Polícia Federal (DPF), requisito **imprescindível e eliminatório** para a realização dos exames objeto desta contratação.

| Critério de Comparação | Empresas Não Credenciadas | Empresas Credenciadas pela PF |
|-------------------------------|---|---|
| Base Legal para Atuação | Ausência de amparo legal para execução do exame exigido | Atuam conforme Decreto nº 9.847/2019 e IN nº 023/2005 |
| Reconhecimento da PF | Não reconhecidas oficialmente | Reconhecimento e fiscalização direta da Polícia Federal |
| Validade do Laudo Psicológico | Não possui validade para fins de registro, porte ou revalidação | Laudo com validade legal e aceito pela Polícia Federal |
| Risco Jurídico | Elevado, podendo gerar nulidade do procedimento | Nulo, em conformidade com a legislação vigente |
| Finalidade Pública Atendida | Parcial ou inadequada | Integralmente atendida |

Considerando:

- a natureza específica do objeto;
- as exigências do Decreto nº 9.847/2019 e da IN nº 023/2005 – DPF;
- e o princípio da eficiência e legalidade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021;

justifica-se a contratação de empresa devidamente credenciada pela Polícia Federal, em detrimento de outras existentes no mercado que não atendam a esse requisito.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Tal contratação visa garantir a regularidade jurídica, a segurança técnica e a validade legal dos laudos psicológicos emitidos, evitando eventuais questionamentos administrativos ou judiciais que poderiam comprometer a eficácia do serviço público.

9 - JUSTIFICATIVA CARÁTER NÃO SIGILOSO

Em atenção ao Processo nº 74157/2025, e em observância aos princípios da legalidade, da publicidade, da eficiência e da motivação dos atos administrativos, apresenta-se a justificativa técnica e administrativa para a não utilização de orçamento sigiloso na contratação em questão.

O objeto do processo refere-se à contratação de empresa credenciada pela Polícia Federal para a realização de exame de aptidão psicológica, validação e revalidação psicológica, com emissão de laudo conclusivo, conforme previsto no art. 12, inciso VI, do Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, e no art. 42, inciso II, da Instrução Normativa nº 023/2005 do Departamento da Polícia Federal. Registra-se que, na fase inicial de planejamento da contratação, a adoção de orçamento sigiloso foi devidamente analisada e debatida entre o Comando da Guarda Civil Municipal, a Academia de Formação, o Secretário Municipal de Segurança e os fiscais do contrato, no exercício regular de suas atribuições e com fundamento nas informações disponíveis à época, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Todavia, em decorrência de reanálise técnica superveniente, devidamente motivada e registrada nos autos do Processo nº 74157/2025, bem como a partir de levantamento de mercado atualizado, constatou-se que os serviços a serem contratados possuem valores praticados de forma uniforme e previsível, considerando tratar-se de atividade regulamentada, executada exclusivamente por profissionais e clínicas credenciados pela Polícia Federal.

Tal característica reduz significativamente a possibilidade de assimetria de informações, conluio entre fornecedores ou distorções na formação de preços, afastando, portanto, os pressupostos que poderiam justificar a adoção do orçamento sigiloso.

Adicionalmente, verificou-se a inexistência de complexidade técnica, econômica ou estratégica que indicasse risco à competitividade ou à obtenção da proposta mais vantajosa com a divulgação do orçamento estimado. Ao contrário, a publicidade dos valores mostra-se compatível e alinhada aos princípios da transparência, do controle externo e social e da ampla competitividade.

Ressalta-se que o orçamento sigiloso constitui medida de caráter excepcional, cuja utilização deve estar devidamente justificada pela demonstração de potencial prejuízo ao interesse público ou à eficiência da contratação, hipótese que não se configurou no presente caso, conforme análise técnica realizada.

Dessa forma, considerando a motivação expressa, a reanálise técnica superveniente, a participação dos setores competentes no processo decisório e a adequação da medida aos princípios que regem a Administração Pública, resta devidamente justificada a não utilização de orçamento sigiloso no âmbito do Processo nº 74157/2025, não havendo prejuízo à legalidade, à economicidade ou à regularidade do procedimento.

10. CONTRATAÇÃO VS PLANEJAMENTO – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

10.1. Este serviço está previsto no PCA 2025.

10.2 A presente contratação é realizada anualmente, e se pode afirmar, ainda que indiretamente, que está prevista na Lei Orçamentária Anual.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A contratada deverá prever em seu orçamento todas as despesas diretas e indiretas, assim como possíveis e eventuais que possam surgir, para completo fornecimento dos itens descritos neste Termo de Referência;

Paranaguá, 04 de fevereiro de 2026.

Francisco Leudomar Nóbrega dos Santos
Secretário Municipal de Segurança



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº006/2026

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses prorrogável por igual periodo

Aos dias de do ano de 2022, a **Prefeitura do Município de Paranaguá-PR**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.017.458/0001-15, situada na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal _____ Senhor(a), institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025, cujo objetivo fora a formalização de **REGISTRO DE PREÇOS 006/2026**, para a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA PELA POLÍCIA FEDERAL, PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO DE VALIDAÇÃO E REVALIDAÇÃO PSICOLÓGICA ATESTADA EM LAUDO CONCLUSIVO, CONFORME PRECEITUA O ART. 12, INCISO VI DO DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019 E ART. 42 INCISO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 023/2005 DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, processado nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133/2021; da Lei nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014; dos Decretos nº 4319/2023, 683/2018 e demais normas legais aplicáveis, que se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

| | |
|----------------------|-----------|
| EMPRESA: | |
| CNPJ: | FONE/FAX: |
| ENDEREÇO: | |
| REPRESENTANTE LEGAL: | |
| CPF Nº: | RG Nº: |
| E-MAIL: | |

| Item | Descrição dos Materiais | Quantidade Total | Valor Unitário (R\$) | Valor Total |
|------|----------------------------|---------------------|-------------------------|----------------|
|------|----------------------------|---------------------|-------------------------|----------------|



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

(R\$)

1. O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da ata de registro de preço, podendo ser prorrogada e renovadas suas quantidades nos moldes do Art. 84 da Lei n.º 14.133/2021. As especificações técnicas, Revisão dos Preços Registrados, do Cancelamento do Registro de Preços e demais exigências constantes no Edital e anexo do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026** integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

2. O órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços – SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Segurança.

3. A fiscalização do objeto adquirido ficará a cargo dos servidores designados pelo órgão gestor participante.

4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela.

4.2 **Será incluído na ata, na forma de anexo**, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.2.1 Aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.4 O registro a que se refere o item 4.2. tem por objetivo a **formação de cadastro de reserva** para o caso de impossibilidade de atendimento signatário da ata.

4.5 Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 4.4. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.6.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital; e

4.6.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

4.7 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

4.9 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de Registro de Preços.

4.10 Demais condições constam nas disposições editalícias.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pela autoridade competente e pelo particular fornecedor.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO IV

MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2025 QUE FAZEM ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ E A EMPRESA _____.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, através da Secretaria Municipal de Segurança, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 76.017.458/0001-15, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá, Paraná, neste ato representado pelo Ilmo. Sr. Secretário Municipal nos termos do Decreto Municipal _____Paranaguá, Paraná.

CONTRATADA _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado do _____, CEP: _____, neste ato representada por Sr.(a). _____ (CI. RG. nº _____ – CPF. nº _____), brasileiro(a), _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado do _____, CEP: _____.

As partes acima qualificadas, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem pactuar o presente Contrato Administrativo e que se regerá pelas cláusulas a seguir, Decreto 4319/2023, LC 123/06 com alteração dada pela LC 147/14, Decretos Municipais e subsidiariamente pela Lei Federal nº 14.33/2021 e alterações, e pelas condições estabelecidas no Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº 009/2026 do qual ficam fazendo parte integrante, independentemente de transcrição, os documentos:

a) Edital de Pregão Eletrônico 009/2026.

Registro de Preços : 006/2026

b) Proposta apresentada pela CONTRATADA em ____/____/____.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO

1.1 O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA PELA POLÍCIA FEDERAL, PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO DE VALIDAÇÃO E REVALIDAÇÃO PSICOLÓGICA ATESTADA EM LAUDO CONCLUSIVO, CONFORME PRECEITUA O ART. 12, INCISO VI DO DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019 E ART. 42 INCISO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 023/2005 DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL, o presente Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência (Anexo I), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Segurança nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 009/2026

1.2. Os serviços objeto deste contrato serão prestados de forma integral, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, abrangendo a totalidade das atividades previstas durante o período de vigência do contrato. Não se aplicam entregas parciais ou fracionadas, sendo a execução considerada concluída somente com a prestação completa de todos os serviços contratados.

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 009/2026 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor total da contratação é de R\$ _____, inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, tributos, contribuições fiscais, parafiscais, emolumentos e custos de qualquer outra natureza que forem devidas, para entrega na unidade compradora.

2.2. O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesa, efetuada pela CONTRATADA, que não tenha sido expressamente acordada no presente instrumento.

2.3. As despesas decorrentes de eventual e futura contratação, oriunda da presente licitação, correrão pelas seguintes dotações:~

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

20.02.33390394800 Fonte: 01000 e 20.03.33390394800 Fonte: 01509 .

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato é celebrado sob o regime de empreitada por preço global, tendo por finalidade a execução única dos serviços contratados, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e demais anexos do Edital.

3.2. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo este fixado para a execução integral do objeto e a conclusão de todas as obrigações assumidas pela Contratada.

3.3. A presente contratação não se destina à prestação continuada de serviços, motivo pelo qual não será admitida sua prorrogação ou renovação, direta ou indireta, tácita ou expressa, exceto nas hipóteses restritas previstas no art. 107, §1º, da Lei nº 14.133/2021, mediante devida justificativa técnica e autorização formal da autoridade competente, quando ocorrer:

- I – alteração do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II – superveniência de fato excepcional ou imprevisível, alheio à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução;
- III – interrupção da execução por ordem e no interesse da Administração;
- IV – aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites legais; ou
- V – outras hipóteses de caso fortuito, força maior ou fato da Administração.

3.4. Decorrido o prazo contratual e concluída a execução do objeto, o contrato será automaticamente extinto, com a lavratura do termo de encerramento, após a emissão do termo de recebimento definitivo e a quitação das obrigações contratuais por ambas as partes, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. A não prorrogação deste contrato não gera, em hipótese alguma, direito adquirido à Contratada ou expectativa de continuidade da execução, devendo a Administração, se necessário, realizar novo procedimento licitatório para atender futuras demandas semelhantes.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

3.6. Em caso de atraso na execução por motivos imputáveis à Administração, devidamente justificados e formalmente reconhecidos, poderá ser autorizada a dilação excepcional do prazo de execução sem acréscimo de valor, desde que não caracterize prorrogação contratual e que haja justificativa técnica e administrativa formalmente registrada no processo.

3.7. Os casos omissos relativos à vigência, duração e execução contratual serão resolvidos pelo Contratante, com observância da Lei Federal nº 14.133/2021, normas regulamentares aplicáveis e, subsidiariamente, dos princípios gerais do direito público e dos contratos administrativos.

CLÁUSULA QUARTA – – . DA EXECUÇÃO

4.1. Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com a legislação vigente, bem como com as normas e resoluções expedidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Regional de Psicologia (CRP), Departamento de Polícia Federal (DPF) e Ministério da Justiça e Segurança Pública.

4.2. A contratada deverá deslocar-se até a cidade de Paranaguá/PR, na sede da Academia de Formação, Ensino e Capacitação da Guarda Civil Municipal de Paranaguá, responsabilizando-se pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos e utensílios necessários para a plena execução dos exames exigidos pela Polícia Federal.

4.3. O prazo máximo para execução integral dos serviços, incluindo a emissão e entrega dos respectivos laudos conclusivos, será de até 30 (trinta) dias corridos a contar da realização dos exames.

4.4. Os Exames de Aptidão Psicológica deverão ocorrer em *duas etapas sucessivas, realizadas no mesmo dia, consistindo em:

I – aplicação dos testes psicológicos;

II – realização da entrevista individual.

4.4.1. O valor unitário do exame compreenderá obrigatoriamente ambas as etapas, bem como todas as demais obrigações previstas neste Termo de Referência.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

4.5 Na data previamente agendada, a contratada procederá à aplicação das avaliações em conformidade com a regulamentação vigente, especialmente com a Instrução Normativa DPF nº 78/2014.

4.6. A execução das avaliações psicológicas observará os limites estabelecidos pela Instrução Normativa DPF nº 78/2014, de forma que:

4.6.1 Cada psicólogo credenciado pela Polícia Federal poderá aplicar, no máximo, 10 (dez) exames individuais por dia;

4.6..a equipe poderá atender até 2 (dois) turnos diários, com capacidade máxima de 15 (quinze) avaliados por turno.

4.6.3. O número de exames realizados por dia estará condicionado à quantidade de psicólogos credenciados disponibilizados pela contratada, respeitando-se o limite máximo de 10 (dez) exames/dia por psicólogo.

4.6.4. Para a realização de 30 (trinta) exames em um único dia, a contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 03 (três) psicólogos credenciados pela Polícia Federal devidamente habilitados para a função.

4.6.5 A contratada deverá apresentar, quando da execução contratual, escala de atendimento compatível com os limites aqui estabelecidos, sob pena de responsabilização contratual em caso de descumprimento.

4.7 Os serviços deverão ser realizados em dias, horários e locais previamente agendados pela Administração.

4.8. O local de execução dos serviços deverá ser previamente autorizado pelo Departamento de Polícia Federal e atender integralmente às normas do Conselho Federal de Psicologia e da Polícia Federal.

4.9. Todos os materiais, instrumentos psicológicos, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, inclusive os meios utilizados para a emissão e envio dos laudos, serão de fornecimento exclusivo da contratada, sob sua inteira responsabilidade.

4.10. Concluídas as avaliações, a contratada deverá emitir laudo conclusivo de aptidão ou inaptidão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis subsequentes à realização do exame.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

4.10.1. O laudo será emitido em 3 (três) vias de igual teor, assinadas e carimbadas pelo responsável técnico, acondicionadas em envelope lacrado.

4.10.2. Deverá acompanhar os laudos listagem nominal dos avaliados, com indicação objetiva do resultado (“APTO” ou “INAPTO”).

4.10.3 A entrega dos laudos e da listagem ocorrerá:

a) em meio físico, na Academia de Formação, Ensino e Capacitação da Guarda Civil Municipal, situada na Rua Maneco Viana, Bairro Raia, Paranaguá/PR;

b) em meio digital, encaminhado ao endereço eletrônico institucional indicado pela Administração.

4.10.4. Nos casos de reavaliação psicológica, aplicar-se-ão as mesmas disposições desta cláusula.

4.11. O prazo de garantia dos serviços observará o disposto no art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, combinado com a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.12.A contratada deverá fornecer ao avaliado certidão de comparecimento, constando o horário de permanência e o endereço do local da realização dos testes.

4.13. Somente poderão ser utilizados instrumentos psicológicos reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia e aprovados pela Polícia Federal, sendo os resultados obtidos por meio de análise técnica global, conforme manuais e normas aplicáveis.

4.14. O comprovante da execução consistirá nas Folhas de Registro de Comparecimento, contendo nome completo, número do documento de identidade, assinatura e data do exame.

4.15. A contratada deverá proceder à conferência do documento oficial de identificação do avaliado antes do início do exame. Havendo inconsistência, a Administração deverá ser imediatamente comunicada para adoção das providências cabíveis.

4.16. O não comparecimento do avaliado será registrado na Folha de Comparecimento, constando o status de “DESISTENTE”, hipótese em que não será devido qualquer pagamento à contratada.:

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

5.1. Os pagamentos serão feitos mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestada pelo Secretário da respectiva Secretaria Municipal, observado os termos do Decreto Municipal nº 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

5.1.1. A Secretaria Municipal reservam-se o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais/produtos fornecidos não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

5.2. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do contrato e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos seguintes documentos:

5.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

5.2.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

5.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

5.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei.

5.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura do Município de Paranaguá, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

5.5. A Prefeitura do Município de Paranaguá fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Possuir e manter regular e válido credenciamento junto à Polícia Federal para a expedição de laudos de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, conforme



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

previsto na Lei nº 10.826/03 e no artigo 12, inciso VI, do Decreto nº 9.847/2019.

6.2 Dispor de profissionais psicólogos devidamente habilitados e registrados no Conselho Regional de Psicologia (CRP), com experiência comprovada em avaliação psicológica para porte de arma e aptidão para o desempenho de atividades de segurança pública.

6.3 Empregar metodologia de avaliação psicológica reconhecida e validada pelos órgãos competentes, que contemple os critérios exigidos pela Polícia Federal para o manuseio de arma de fogo e pistolas de tecnologias não letais, incluindo a avaliação das condições emocionais, capacidade de tolerância à pressão e frustração.

6.4 Realizar a avaliação psicológica individual de todos os 349 integrantes da Guarda Civil Municipal de Paranaguá, bem como de novos membros ou para renovação de porte, conforme demanda da Contratante.

6.5 Emitir laudos conclusivos e individualizados para cada GCM avaliado, atestando a aptidão ou inaptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e pistolas de tecnologias não letais. Os laudos deverão ser claros, objetivos e conter todos os elementos exigidos pela Polícia Federal e demais legislações pertinentes.

6.6 Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma a ser definido em conjunto com a Secretaria Municipal de Segurança de Paranaguá, garantindo a agilidade e eficiência na entrega dos resultados.

6.7 Assegurar o mais absoluto sigilo sobre todas as informações obtidas durante as avaliações psicológicas, em conformidade com o Código de Ética Profissional dos Psicólogos e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

6.8 Realizar as avaliações em local adequado, com infraestrutura que garanta a privacidade e o conforto dos avaliados, podendo ser nas dependências da Contratante ou em local a ser disponibilizado pela Contratante, mediante acordo prévio.

6.9 Realizar, quando solicitado pela Contratante e mediante justificativa, reavaliações psicológicas de GCMs que, inicialmente, foram considerados inaptos ou que necessitem de



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

acompanhamento, nos termos das normas aplicáveis.

6.10 Apresentar à Secretaria Municipal de Segurança relatórios gerenciais periódicos sobre o andamento das avaliações, contendo informações consolidadas e estatísticas, sempre respeitando o sigilo individual dos avaliados.

6.11 Notificar a Contratante, de forma imediata e formal, os casos de GCMs considerados inaptos para o manuseio de arma de fogo e pistolas de tecnologias não letais, apresentando as justificativas técnicas pertinentes.

6.12 Manter-se disponível para esclarecimentos e reuniões com a Secretaria Municipal de Segurança de Paranaguá sempre que necessário, para tratar de assuntos relacionados à execução do contrato.

6.13 Atuar em plena conformidade com a Lei nº 10.826/03, o Decreto nº 9.847/2019, a Instrução Normativa 023/2005 do Departamento de Polícia Federal, o Convênio nº 12/2015 entre a Prefeitura Municipal de Paranaguá e a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná, a Lei Federal 13.022/2014 (Estatuto das Guardas Municipais) e demais normas correlatas.

6.14 Ser integralmente responsável por quaisquer danos decorrentes de sua atuação ou de seus prepostos, seja por ação ou omissão, culposa ou dolosa, durante a execução dos serviços.

6.15 Manter toda a documentação comprobatória das avaliações realizadas pelo período exigido em lei, disponibilizando-a para a fiscalização da Contratante ou de órgãos competentes, quando solicitada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber o objeto contratual e verificar sua conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da Contratada, recusando-o, total ou parcialmente*, na hipótese de desconformidade com as exigências estabelecidas.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

7.2. Prestar todas as informações e os esclarecimentos necessários ao pleno cumprimento do contrato, sempre que solicitados pela Contratada.

7.3. Comunicar oficialmente à Contratada *quaisquer falhas, irregularidades ou inexecuções parciais* verificadas na execução do contrato, indicando prazo razoável para a respectiva correção, nos termos do art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Notificar, por escrito, a Contratada sobre o não recebimento do objeto* indicando de forma clara e fundamentada as razões da recusa e as desconformidades constatadas em relação às especificações do Termo de Referência, do edital ou da proposta.

7.5. Assegurar as condições adequadas e os meios necessários para que a Contratada possa cumprir integralmente as obrigações assumidas, observando o princípio da cooperação entre as partes* previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. Nos termos da Lei nº 14133/2021, a fiscalização da execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos fiscais apresentados por Secretaria participante do certame e/ou pela Comissão Especial de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto nº 683/2018, de modo que não se considerará entregue os bens, objeto desta licitação, e por consequência não serão autorizados os pagamentos aos contratados, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes no Termo de Referência, do edital e do contrato.

8.2. A fiscalização da execução do contrato é obrigatória, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar o fornecimento dos produtos que não forem considerados satisfatórios e determinar, à licitante, a substituição de produtos ou correção de irregularidades.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

8.3. O representante legal da Contratante deverá acompanhar e controlar a execução do contrato com eficiência.

8.4. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com artigo 140 da lei 14133/2021

8.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.6. Indicam-se para fiscal do referido contrato:

Fiscal Titular: GCM Reginaldo Rodrigues Filho – Matrícula nº 5788

FISCAL SUBSTITUTO: GCM Elton Luiz Neves Silva Matrícula nº 6049

CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO, REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATUAIS

9.1. Os preços contratados poderão ser atualizados, revisados, reajustados ou repactuados, observadas as disposições desta cláusula e os arts. 134 a 137 da lei federal nº 14.133/2021, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estabelecido entre as partes.

9.2. Da Revisão de Preços

9.2.1 A revisão dos preços poderá ocorrer quando, por motivos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, houver alteração das condições que fundamentaram a contratação, de modo a tornar a execução excessivamente onerosa para uma das partes.

9.2.2 A revisão poderá ser solicitada por qualquer das partes e deverá ser formalmente instruída com documentos comprobatórios que demonstrem a variação efetiva dos custos e



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

a consequente necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.2.3 A revisão será admitida nas hipóteses de fato do príncipe, caso fortuito, força maior ou fato da administração, ou quando ocorrerem situações de mercado que modifiquem substancialmente o valor dos insumos, serviços ou equipamentos necessários à execução do objeto contratual.

9.2.4 O pedido de revisão deverá conter memória de cálculo detalhada, acompanhada de comprovação documental idônea, e será objeto de análise técnica e decisão fundamentada pela Administração.

9.2.5. A revisão dos preços, uma vez aprovada, será formalizada mediante termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso, observando-se o disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.3. Do Reajuste de Preços

9.3.1. O reajuste de preços tem por finalidade a recomposição do valor da moeda, com base na variação efetiva dos custos de produção ou de execução, e observará o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da data do orçamento estímo.

9.3.2. O reajuste será efetuado mediante aplicação do índice de atualização setorial ou geral definido no edital e no contrato, o qual deverá refletir adequadamente a variação dos custos relacionados ao objeto contratado.

9.3.3. O reajuste poderá ser aplicado de forma automática, por apostilamento, ou mediante termo aditivo, conforme o valor, a natureza do objeto e as normas internas da Administração.

9.3.4. Na ausência de índice específico, poderá ser adotado índice oficial de inflação ou outro indicador técnico que represente o setor econômico correspondente, mediante justificativa técnica e decisão da autoridade competente.

9.4. Da Repactuação

9.4.1. Nos contratos de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, será admitida a repactuação dos valores contratados, com base na variação efetiva



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

dos custos de componentes que integram a planilha de custos e formação de preços, conforme art. 135, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. A repactuação deverá observar o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data do orçamento-base da proposta ou da última repactuação concedida.

9.4.3. O pedido deverá ser formalizado pela Contratada, acompanhado de planilha analítica atualizada e de documentação comprobatória da variação dos custos (tais como acordos, convenções coletivas, dissídios, tabelas salariais e encargos)

9.4.4. A repactuação não poderá resultar em acréscimo indevido de lucro, devendo restringir-se à recomposição efetiva dos custos comprovadamente majorados.

9.4.5. Após análise e aprovação da Administração, a repactuação será formalizada por termo aditivo, devidamente motivado e publicado na forma da lei.

9.5. Disposições Gerais

9.5.1. Qualquer pedido de atualização, revisão, reajuste ou repactuação deverá ser devidamente justificado e comprovado, sendo vedada a concessão de acréscimos sem a demonstração do efetivo desequilíbrio contratual.

9.5.2. A Administração poderá, a seu critério, requerer à Contratada documentos, notas fiscais, índices oficiais e estudos técnicos complementares*, para aferir a veracidade e pertinência do pedido.

9.5.3. A concessão de revisão, reajuste ou repactuação *não dispensa a Contratada do cumprimento regular das obrigações contratuais*, devendo manter a execução do objeto nas condições vigentes até a decisão final da Administração.

9.5.4. As alterações decorrentes desta cláusula serão sempre formalizadas por instrumento próprio, observando-se o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, e publicadas na forma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DE GARANTIA – QUALIDADE E CONFORMIDADE DOS SERVIÇOS

10.1 A Contratada garante que todos os serviços prestados no âmbito deste contrato, relativos à realização de exames de aptidão psicológica para validação e revalidação, serão executados em estrita conformidade com o art. 12, inciso VI, do Decreto nº 9.847/2019 e o art. 42, inciso II, da Instrução Normativa nº 023/2005 da Polícia Federal, bem como com as exigências contidas no Termo de Referência e demais anexos do edital.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

10.2 Garantir a correção técnica e legal dos laudos emitidos, atestando a aptidão ou revalidação psicológica dos indivíduos examinados;

10.3 manter a confidencialidade absoluta das informações e resultados dos exames, em conformidade com a legislação vigente e normas de proteção de dados;

10.4 corrigir, sem ônus para a Administração, quaisquer falhas, inconsistências ou incorreções técnicas nos exames ou laudos emitidos;

10.5 cumprir rigorosamente os prazos e cronogramas estabelecidos, assegurando que todos os exames sejam realizados dentro do período de vigência do contrato.

10.6 A garantia de execução prevista nesta cláusula terá validade durante todo o período de vigência do contrato e se estenderá até a regularização completa de eventuais inconformidades identificadas pela Administração, sem qualquer custo adicional.

10.7 Caso a Contratada não cumpra as obrigações previstas nesta cláusula, a Administração poderá aplicar as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa decorrente do descumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

11.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando: a) Não celebrar o contrato;

- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

11.2. Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

11.2.1. Multa por atraso imotivado do fornecimento do material, nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do material;
- b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do fornecimento do material.

11.2.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar o contrato/retirar o documento equivalente e devolver a Prefeitura Municipal no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua convocação;

11.2.2.1. Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

11.2.3 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

11.2.4. Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

11.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.

11.3 A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

11.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

11.5 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.

11.6 Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

11.7 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

11.8 As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Paranaguá, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

11.9 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

11.10. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

12.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

13.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

14.1. Fica estabelecido que na hipótese de a CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas nos seguintes diplomas legislativos: Lei nº 14133/2021, Lei Complementar nº 123 e alterações pela Lei Complementar 147/2014, e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público (coletivo). Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela CONTRATANTE, de acordo com as normas vigentes e passíveis de aplicação ao caso.

15.2. Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

proporcionalidade, da boa-fé objetiva (art. 422, do Código Civil) e da função social dos contratos (art. 421 e 2.035, parágrafo único, do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser protegido/tutelado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTI FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

- a) - “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) - “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar, causar dano direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “Prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

16.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados a licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA PUBLICIDADE

17.1. Uma vez firmado o presente Contrato terá ele seu extrato publicado no periódico Diário Oficial dos Municípios do Paraná, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 94 da lei 14133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o foro da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam a presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Paranaguá, ____ de _____ de 2025

SECRETÁRIO MUNICIPAL

(Nome da empresa)



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Testemunha

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - (VALORES ATUALIZADOS CONFORME LANÇE FINAL)

A

Prefeitura do Município de Paranaguá

Empresa: _____

Denominação social: _____

Inscrição estadual ou municipal: CNPJ: _____

Endereço: E-mail: Telefone: _____

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, e às cláusulas e condições estabelecidas para o **Pregão Eletrônico nº 009/2026 – Registro de Preços 006/2026**.

2) Proponho executar os itens abaixo indicados, de acordo com o especificado no Edital, pelos preços discriminados, asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerão estes últimos;

3) Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto, considerando que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, assim como os valores referentes às perdas inerentes ao processo;

4) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

| ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | VLR. UNIT. | QTD. | VLR. TOT. |
|------|-----------|-------|------------|------|-----------|
| | | | | | |
| | | | | | |

Observações:

1 – Para a elaboração da proposta de preços, os valores unitários não poderão ultrapassar os valores estipulados em edital.

2 – A empresa licitante não deverá ser identificada até a conclusão da fase de lances.

3 – Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Banco do Brasil, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, ____ de _____ de 2025

Nome da Empresa
CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº009/2026

Registro de Preços 006/2026

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 009/2026, instaurado pela Prefeitura do Município de Paranaguá–PR, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026

Nome da Empresa

CNPJ:

(Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7 INCISO XXXIII

Declaramos, para os fins do disposto , em atendimento a Constituição Federal – ARTIGO 7 INCISO XXXIII que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva:

() Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA PEQUENO PORTE E MICROEMPRESA INDIVIDUAL

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ no _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e carimbo



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

(Modelo)

A empresa _____,
CNPJ nº _____, com sede em _____
_____ (endereço completo), por
intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para os fins do PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 009/2026, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os
requisitos de habilitação exigidos no Edital.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e carimbo



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO X

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

_____ DOCUMENTO DE
IDENTIDADE Nº: _____ ÓRGÃO EMISSOR: _____
CPF Nº: _____

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:

Paranaguá, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE A HABILITAÇÃO

A _____ CNPJ
nº _____, sediada em _____ / _____, Rua
_____, nº _____, declara, sob as penas da
lei, a inexistência de fatos impeditivos à sua habilitação no presente processo licitatório,
ciente da obrigatoriedade se declara que não há ocorrências posteriores e anteriores.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

_____ inscrito no CNPJ
sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o
(a) Sr. (a) _____, portador da Carteira de
Identidade _____ e do CPF nº _____ DECLARA para
fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal
de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados
executando trabalho degradante ou forçado.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ – PR

A _____, inscrito no
CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador da Carteira de Identidade
_____ e do CPF nº _____, DECLARA que cumpre as exigências
de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,
prevista no inciso IV, do artigo 63, na Lei nº 14.133/2021 e em outras normas específicas.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa licitante)
Nome da Empresa CNPJ: _____



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

ANEXO XIV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

À Comissão de Licitação

Ref.: Edital de Pregão Eletrônico nº 009/2026.

Declaramos que as demonstrações anexadas no Pregão Eletrônico nº XXX/2025, conforme índice abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar as demonstrações financeiras que comprovarão o índice do quadro abaixo:

| FÓRMULA - ÍNDICE | | VALOR EM REAIS | ÍNDICE |
|--|-------|-------------------|--------|
| LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo | | | |
| <hr/> | | | |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante | | | |
| SG= | Ativo | TOTAL | |
| <hr/> | | | |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante | | | |
| LC= Ativo Circulante | | | |
| <hr/> | | | |
| Passivo Circulante | | | |
| AC = Ativo Circulante | | | |
| RLP = Realizável a Longo Prazo | | | |
| LC = Liquidez Corrente | | | |
| PNC = Passivo Não Circulante | | | |

PC = Passivo Circulante SG = Solvência Geral LG= Liquidez Geral AT= Ativo Total

Obs.: A empresa Licitante que apresentar Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral igual ou menor de 1,0 (um vírgula zero) será inabilitada. Os índices deverão ser apresentados com no máximo 02 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

Representante Legal (nome, RG, CRC n° e assinatura) _____, em ____ de ____ de 2025.

Contador (nome, RG, CRC n° e assinatura)